



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de História**

**OLHARES SOBRE O VALONGO: ESTUDANDO O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA  
NAS AULAS DE HISTÓRIA**

**ANA LUIZA RIBEIRO GARCIA FIGURELLO**

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

**OLHARES SOBRE O VALONGO: ESTUDANDO O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA  
NAS AULAS DE HISTÓRIA**

**ANA LUIZA RIBEIRO GARCIA FIGURELLO**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ensino de História.**

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Maria da Cunha Bustamante**

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ensino de História.**

**Aprovada por:**

---

**Prof. Dr.<sup>a</sup> Regina Maria da Cunha Bustamante (Orientadora)**

---

**Prof. Dr.<sup>a</sup> Mônica Lima e Souza (UFRJ)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juçara da Silva Barbosa de Mello (PUC-RJ)**

Dedico aos meus avós, em especial à avó Alayde, que plantou em mim a semente do amor à educação. Saudades diárias e infinitas.

## AGRADECIMENTOS

A partir do meu ingresso no mestrado profissional pude perceber o quanto existem pessoas que me auxiliam e torcem por mim. Algumas eu já conhecia, já faziam parte da minha vida e de mim. Outras, eu tive a honra de conhecer e o prazer de tê-las como amigas e aliadas.

À minha amada família, que sempre torceu por mim e esteve ao meu lado em todos os bons e maus momentos, o meu agradecimento especial. Aos meus pais, Jovina e Alexandre, que me dedicaram a vida com tanto amor e conhecimento. Ao meu marido, Dany Hel, sempre pronto a me ajudar e muito compreensivo. À minha irmã e aos meus sobrinhos (Clara, Otávio e Isabelle), que me apoiaram e entenderam tão bem minhas ausências. À Hera e ao D'Artagnan, meus companheiros de tardes infinitas de estudo, obrigada pela companhia.

Ao meu caríssimo professor e eterno orientador, André Couto, que me ajudou desde o ingresso no curso até sua fase final; e minha amiga Ellen Andrade Lopes, pela torcida e apoio nas horas mais difíceis.

À amiga Cíntia Campos, cuja presença e amizade tornam a vida mais leve.

Meu maior presente de conclusão de curso sem dúvida são as novas amizades, construídas em meio a um universo misto de conhecimento e solidariedade. Agradeço a todos os companheiros do curso pelas risadas, trocas de experiências e apoio nas melhores horas. Em especial a Carla Ramos e Rafael Bastos, pois sem vocês tudo teria sido mais difícil.

O convívio com os professores do ProfHistória tornou essa experiência única. Cada um de forma muito especial me ensinou não apenas o que era previsto nas ementas, mas lições de vida. Às queridas professoras Mônica Lima (UFRJ), Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ), Maria Aparecida Cabral (UERJ), Helenice Rocha (UERJ), Camilla Agostini (UERJ), Carina Martins (UERJ), Marta Abreu (UFF), Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ) e ao igualmente querido professor Amilcar Pereira (UFRJ), minha admiração e gratidão.

À professora Mariza de Carvalho Soares (UFF) meu agradecimento pelo curso oferecido e pela ajuda específica para a realização do vídeo.

À amiga Lolla Tardem o meu muito obrigada pelo carinho e pela ajuda com a narração do vídeo.

A realização do documentário em tão pouco tempo não teria sido possível sem a dedicação e competência do amigo e cinematógrafo Paulo Caldas.

O coração do produto indubitavelmente são as entrevistas. Minha eterna gratidão pela participação do Milton Guran, Fábio Sarol, Cláudio Honorato e da Tia Lúcia.

As preciosas correções e sugestões das bancas de qualificação e defesa foram também cruciais para a execução deste trabalho: Mônica Lima, Carina Martins e Juçara de Mello (PUC-RJ) obrigada por mais essa ajuda.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo investimento que tornou possível a permanência no mestrado e a execução dos trabalhos ao longo do curso, incluindo este.

À pessoa que mais influenciou na confecção deste trabalho, com toda admiração e respeito que se pode nutrir por alguém, eu agradeço de forma ainda mais especial. Por toda a paciência, perseverança e confiança, a orientação da professora Regina Bustamante, com inúmeros encontros, leituras e diálogos, encerrou com chave de ouro o mestrado que só fez me surpreender e ensinar desde o primeiro dia de aula.

F475o      Figurello, Ana Luiza Ribeiro Garcia  
            Olhares sobre o Valongo: estudando o patrimônio  
            e a memória nas aulas de História / Ana Luiza  
            Ribeiro Garcia Figurello. -- Rio de Janeiro, 2016.  
            83 f.

            Orientadora: Regina Maria da Cunha Bustamante.  
            Dissertação (mestrado) - Universidade Federal  
            do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa  
            de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

            1. Ensino de História. 2. Valongo. 3. Memória.  
            4. Patrimônio. 5. História Oral. I. Bustamante,  
            Regina Maria da Cunha, orient. II. Título.

## RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre o uso da memória e do patrimônio nas aulas de História. Para isso, produzimos um material didático em forma de vídeo, trabalhando com as histórias e memórias sobre a Pequena África (região portuária do Rio de Janeiro). Tendo como público alvo alunos do Ensino Médio, o trabalho realiza uma viagem pelo bairro, com enfoque no Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos, narrando a história do local onde africanos que ali chegavam tinham destinos variados. Para a abordagem de diferentes histórias e memórias no vídeo, utilizamos a metodologia da História Oral na realização das entrevistas com moradores (Fábio Sarol e Tia Lúcia) e pesquisadores (Milton Guran e Cláudio Honorato) da região estudada. A produção do documentário se deu a partir de diálogos teóricos sobre os conceitos de memória coletiva, patrimônios, Educação Patrimonial e ensino de História, cujo entendimento procuramos elucidar ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: memória, patrimônio, ensino de História.

## ABSTRACT

# OLHARES SOBRE O VALONGO: ESTUDANDO O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA NAS AULAS DE HISTÓRIA

Ana Luiza Ribeiro Garcia Figurello

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Maria da Cunha Bustamante

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

This studies' objective is to reflect on the use of memory and heritage in History classes. For this, an educational material in the form of a video was produced, working with the stories and memories about Little Africa (a port region of Rio de Janeiro). Having high school students as the main target, the study takes a trip through the neighborhood, focusing on the Warf of Valongo and the Cemetery of the New Blacks, narrating the place's story where Africans that arrived there had different destinations. To address the different stories and memories in the video, we use the methodology of Oral History in interviews with residents (Fábio Sarol and Tia Lúcia) and researchers (Milton Guran and Cláudio Honorato) of the region studied. The production of the documentary was done with theoretical dialogues about the concepts of collective memory, heritage, Patrimonial Education, and History teaching, the understanding of which we strive to clarify throughout this study.

Key words: memory, heritage, History education.

Rio de Janeiro  
2016

## LISTA DE IMAGENS

MAPA 1 – Coordenadas geográficas do Cais do Valongo	14
FOTO 1 – Cemitério dos Pretos Novos	25
FOTO 2 – Cais do Valongo e da Imperatriz	27
FOTO 3 – Docas Pedro II	29
FOTO 4 – Pedra do Sal	30
FOTO 5 – Milton Guran	40
FOTO 6 – Cláudio Honorato	40
FOTO 7 – Tia Lúcia	40
FOTO 8 – Fábio Sarol	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO</b> .....	19
1.1. PATRIMÔNIOS .....	21
<b>2. VALONGO: ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA</b> .....	24
2.1. NOVOS OLHARES EM ANTIGOS LUGARES.....	34
2.2. SILÊNCIOS E ESQUECIMENTOS.....	37
<b>3. VALONGO EM FOCO</b> .....	40
3.1. HISTÓRIA ORAL .....	44
3.2. O VÍDEO EM SALA.....	46
3.2.1. OLHARES SOBRE O VALONGO EM SALA DE AULA .....	48
<b>4. ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	50
4.1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	57
<b>ANEXOS</b> .....	62

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem enfrentado diversas questões, dentre elas, a atualização dos currículos escolares. A inserção de novos conteúdos – como o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras – no currículo das disciplinas escolares, em especial a de História, trouxe um desafio a mais para professores que não tinham formação adequada para tratar do tema. Embora treze anos já se tenham passado desde que a lei 10.639/2003 foi sancionada, as abordagens desses temas em salas de aula são ainda incipientes. Identificamos, portanto, a necessidade de que haja neste momento um esforço maior dos profissionais da educação em suprir as carências que a atual legislação aponta e é esta a motivação inicial deste trabalho.

Com o objetivo de estudar a região portuária do Rio de Janeiro, que aqui chamamos de Valongo – com um recorte patrimonial inicial no Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos –, destacando as memórias e histórias construídas sobre a localidade, pretendemos criar um material didático que apresente a região, através da produção de um vídeo<sup>1</sup>, para alunos de regiões distantes da cidade do Rio de Janeiro, disponibilizando aos professores de História outro tipo de material que lhes permita tratar da questão do tráfico de pessoas escravizadas em sala de aula.

A ideia inicial era criar um percurso patrimonial com atividades e analisar o resultado do estudo *in loco* com estudantes da rede estadual do Rio de Janeiro, sobre a compreensão do período da escravidão no Brasil e sobre a importância atribuída aos patrimônios estudados e às diferentes memórias construídas (ou silenciadas) sobre eles ao longo do tempo. Porém, em função dos problemas financeiros enfrentados pela rede pública estadual no contexto atual, a viagem com as turmas em que leciono (na cidade de Barra Mansa, Rio de Janeiro) não se fez exequível. Daí, surgiu a ideia do vídeo como alternativa possível, para que o Valongo seja estudado em regiões distantes. Sabemos que são inúmeros os obstáculos, devido ao tamanho do Estado do Rio de Janeiro, e principalmente, do nosso país. Com o vídeo, fazemos que o local, enquanto um dos lugares de memória do tráfico atlântico, seja objeto de estudo viável independente da distância em que professores e alunos estejam dele. Também disponibilizamos legenda no idioma inglês, para que se amplie o público a usufruir do material. Certamente que o estudo de um patrimônio por meio de vídeo não tem o mesmo

---

<sup>1</sup> O vídeo pode ser disponibilizado na *internet*, ampliando sua divulgação.

impacto que uma visita *in loco*, mas, por outro lado, o vídeo traduz-se em uma forma mais prática e viável a professores de escolas com poucos recursos para este fim.

Tendo como público-alvo alunos do Ensino Médio, o documentário pode ser utilizado principalmente no 1º ano – quando, ao abordar história da África, o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro prevê que sejam discutidos os conceitos de diáspora e tráfico de escravos – e no 2º ano, quando trabalhamos História do Brasil Imperial.

A disponibilidade de materiais didáticos, que facilitem o trabalho com temas sensíveis em sala de aula, é sem dúvida um problema enfrentado pelas escolas públicas brasileiras. Quando falamos de temas sensíveis, chamamos a atenção para a dificuldade do trato de determinadas questões com alunos, primeiro por se tratar de situações que ferem a dignidade humana, segundo pelo desafio que é para o professor sensibilizar os alunos para que enxerguem o quão delicado é o assunto estudado e seus reflexos na sociedade atual.

Este trabalho tem o intuito de contribuir para suprir em parte esta tarefa dos professores de mobilizar os alunos para o estudo sobre a escravidão no Brasil, ao mesmo tempo em que pretende utilizar, para isso, o estudo com patrimônio, motivando questionamentos nos alunos sobre a existência destes patrimônios e das próprias memórias que coexistem, muitas vezes em conflito, sobre tal lugar.

Pretendemos, assim, instigar questionamentos, reflexões, dúvidas e debates acerca da existência de um patrimônio, sobre o que torna algo um patrimônio e o que o diferencia de algo que não se enquadra na mesma categoria, pela qual ninguém (ou, ninguém que tenha voz perante a “maioria”<sup>2</sup>) reivindica lembrança e preservação. E, mesmo que reivindique, algumas coisas simplesmente não são enquadradas no projeto de memória oficial (POLLAK, 1989) para ser lembrada e assimilada pela história de um povo, até porque nem todas as coisas que estão no mundo (AGOSTINI, 2014) podem ser absorvidas nesse “projeto governamental”, mas as que geralmente ficam de fora são as que mostram a existência das “minorias” em uma sociedade.

Depois de uma luta intensa do movimento negro brasileiro ao longo do século XX, o conteúdo de História da África e dos africanos no Brasil passa a ser integrado aos currículos escolares. Neste momento, é que começam a se tornar visíveis os monumentos (LE GOFF, 1990, p. 535-536), ou melhor, as coisas relativas às memórias da escravidão no Brasil, e a ser

---

<sup>2</sup> Conforme o sentido que a Antropologia aplica aos termos “maioria” e “minorias”, em que uma minoria se destaca por receber tratamento diferenciado, seja em função de sua etnia (ancestralidade em comum), gênero e/ou de sua raça (traços físicos, cor da pele), sendo posta de lado pela maioria, a parcela mais poderosa da população. Portanto, os termos não se referem à quantidade de indivíduos em cada grupo, mas à quantidade de poder e acesso que cada grupo tem numa sociedade. Ver: BANTON (1979, p. 165).

associadas à História e à memória coletiva oficial. Ou seja, no contexto de obrigatoriedade do conteúdo (conforme a lei 10.639/2003) que inclui a África e os africanos como elemento determinante no processo de formação da sociedade brasileira é que ressurge grande parte de uma herança material e imaterial afro-brasileira, até então silenciada nas aulas de História.

O Cais do Valongo mostra-se, atualmente, como um ícone notável, visto que recebeu entre quinhentos mil e um milhão de africanos escravizados (HONORATO, 2008, p. 83), especialmente de 1811 a 1831, quando da proibição do tráfico negreiro transatlântico, muito embora a lei fosse frequentemente burlada. Nas proximidades do cais funcionava o mercado de escravos e, um pouco mais afastado, localizava-se o Cemitério dos Pretos Novos, onde eram depositados os escravizados que não resistiam à viagem, sem nenhuma cerimônia ou cuidado, pois os corpos muitas vezes mal eram completamente enterrados.



MAPA 1: Coordenadas geográficas do Cais do Valongo  
Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais do Valongo versao Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf). Acesso em 19/12/2016

Entendemos, pois, a região do Valongo como um lugar de memória, principalmente se levarmos em conta a sua trajetória singular, as diversas tentativas de apagamento que o lugar sofreu – em especial o Cais do Valongo – com as diversas reformas urbanas ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX, numa tentativa de apagar não apenas a história sombria da escravidão, mas também de reduzir a importância de personagens imperiais, pois o Cais da Imperatriz Teresa Cristina também existira ali quando, no movimento de modernização da região, o Cais foi coberto.

Atualmente, o lugar representa muito mais do que uma memória de algo que não se vive mais, mas aquilo que se viveu por tempo suficiente para que deixasse marcas profundas em nossa sociedade – a escravidão –, algo que nos envergonha a ponto de quisermos esquecer desta história, de tentarmos alimentar a ideia de paraíso racial. É justamente nesse ponto que reside a importância de preservar/estudar estes lugares, devemos lembrar as “páginas infelizes da nossa História”, reconhecer nossos erros e identificar nossas falhas para corrigi-las.

Tendo, pois, como objetos o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, a pesquisa busca responder a seguinte questão central: de que forma o Valongo, enquanto lugar de memória do tráfico atlântico e potencial patrimônio da humanidade<sup>3</sup>, pode contribuir para o ensino de História? A partir da questão levantada, foram traçados os seguintes objetivos para a pesquisa:

- 1) Elaborar um material didático, em forma de vídeo, que atenda às demandas atuais do ensino de História, a partir da lei 10.639/2003;
- 2) Compreender a utilização do patrimônio como instrumento metodológico para o ensino de História;
- 3) Estimular um olhar crítico dos alunos sobre o que é visto como patrimônio pela sociedade e sobre as construções de memórias oficiais.
- 4) Realizar entrevistas com moradores locais, para coleta de informação sobre as memórias locais.

Para abordarmos a questão da construção das memórias na produção do vídeo, foi utilizada a Metodologia da História Oral na realização de entrevistas, tendo sido selecionados dois moradores e dois pesquisadores (um historiador e um antropólogo). O objetivo era captar dos entrevistados as histórias e memórias que eles têm sobre os locais estudados, se veem

---

<sup>3</sup> O Cais do Valongo está atualmente concorrendo ao título de Patrimônio da Humanidade, creditado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

importância em preservá-los e por quê; além de mostrar, a diferença do processo de construção das memórias e da História. Nesse sentido, trabalhamos com a visão de Fernando Catroga (2001), que caracteriza a História e a memória como pontos distintos que se relacionam no processo de construção de ambas.

Ao trabalhar com História Oral, este trabalho aborda o desenrolar da história no tempo presente, apesar de discorrer sobre a história da escravidão. Em outras palavras, centramos o estudo no processo de mudança do Valongo, desde o século XIX até os dias atuais, com enfoque nas construções de memória que envolvem a região, demonstrando que não existem linhas divisoras do tempo que possam demarcar quando termina o passado e começa o presente.

Reconhecemos algumas pesquisas acadêmicas relevantes como base para o desenvolvimento deste trabalho e para o processo de reconhecimento do espaço como um patrimônio nacional e mundial.

O Cemitério dos Pretos Novos foi objeto de estudo do historiador Júlio César Medeiros da Silva Pereira, em sua tese transformada no livro “À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro” em 2007. O trabalho historiciza todo o contexto que envolve a criação do cemitério, desde a diáspora africana, preocupando-se em estudar profundamente a cultura e a religião dos grupos bantos, até o impacto que era para a sociedade a existência daquele espaço de tão pouco respeito com os mortos. O autor também aborda as estratégias buscadas pelos escravizados para encontrar outros caminhos, fugindo, assim, daquele cenário de violência fúnebre.

Cláudio de Paula Honorato, por sua vez, investiga em sua dissertação “Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831”, de 2008, desde a formação da conjuntura econômica favorável à criação deste mercado na região, se preocupando em entender o cotidiano em seus aspectos cultural e social, passando pelas condições que envolveram a transferência do porto de chegada de africanos do centro da cidade para a região do Valongo, e as questões sanitárias e os atores sociais que isto envolvia, culminando na abordagem sobre a questão da saúde dos escravos e a relação com os poderes públicos, a inserção da vacina contra a varíola e de que forma se dava os enterros dos negros.

A partir de 2009, com a aprovação da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, além de participar também da Copa do Mundo de 2014, muitos investimentos começaram a ser feitos na cidade, dentre eles está o projeto de revitalização da Zona Portuária. Durante as obras, foi desenterrado o Cais do Valongo em 2011 (com o Cais

da Imperatriz sobreposto), o que irá motivar uma série de trabalhos acadêmicos sobre a região.

Roberta Sampaio Guimarães realiza uma pesquisa sobre essas reformas na “Pequena África”, analisando os conflitos de interesses e disputas de memória na localidade. O trabalho foi publicado em sua tese de doutorado de 2011, que virou livro com o título “A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca” em 2014. O estudo foi retomado em seu pós-doutorado e, em 2013, transformado no artigo “O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África: narrativas de passado e formas de habitar na Zona Portuária carioca”, em que a autora enfatiza que os grupos habitantes da região que se posicionam contra as reformas já requeriam o reconhecimento de sua ancestralidade africana, reivindicando o direito às propriedades, desde antes da descoberta<sup>4</sup> do cais.

O pesquisador Reinaldo Bernardes Tavares, em sua pesquisa de mestrado “O Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, Século XIX: uma tentativa de delimitação espacial”, de 2012, na área da Arqueologia, busca delimitar o espaço utilizado para depositar os corpos dos africanos mortos recém-chegados ou que morriam durante o período de quarentena e de exposição no mercado de escravos do Valongo. A pesquisa acaba por reduzir a área que se acreditava destinada ao cemitério, e encontra, em seu lugar, um sítio de contato entre ceramistas tupi-guaranis e os portugueses colonizadores, e também um sítio de pescadores-coletores, chamado de Sambaqui do Propósito (por estar na Rua do Propósito).

O trabalho “Tradição e criação, memória e patrimônio: a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro”, também de 2012, de Regina Coeli Mendes Valadão, levanta questões para se pensar as memórias que envolvem o Instituto de Pesquisa e Memorial dos Pretos Novos (IPN), com sede no Cemitério dos Pretos Novos, e as memórias que estão sendo previstas no Museu do Amanhã, a partir do contexto atual da região, que é o de reforma urbana, preocupando-se em abordar os pretensos benefícios econômicos, sociais e culturais que a obra julga oferecer à cidade, além de levantar questões sobre a importância dos museus e patrimônios num contexto de competitividade entre grandes cidades de todo o mundo.

No trabalho “O antigo mercado do Valongo do Rio de Janeiro como lugar de memória, a Cruz Bacongo e as leituras da História”, publicado nos Anais da ABRALIC<sup>5</sup> de 2013, o autor Rogério Pacheco Jordão fala sobre o achado do famoso Cais do Valongo a partir das

---

<sup>4</sup> A existência do Cais é revelada à população no contexto das obras, embora pesquisadores já soubessem de sua existência, por indícios que já existiam no local, como as docas Pedro II e o totem informando que ali existira o Cais da Imperatriz (GURAN, 2016).

<sup>5</sup> Associação Brasileira de Literatura Comparada.

obras de revitalização na Zona Portuária, testando o conceito de “lugar de memória”, do historiador Pierre Nora, para compreender os usos e apropriações que o poder público e diversos atores sociais fizeram deste espaço.

A partir deste levantamento bibliográfico sobre o Cais do Valongo e o Memorial dos Pretos Novos, podemos perceber que desde a descoberta do Cemitério, em janeiro de 1996 (PEREIRA, 2007) e, posteriormente, do Cais, iniciou-se uma empreitada acadêmica para entender as implicações da chegada dos africanos na região, com impactos econômicos, políticos, sociais e culturais enormes, nos séculos XVIII e XIX. E outro movimento que busca estudar o impacto da existência destes lugares de memória na sociedade atual, em suas construções identitárias e memoriais, e a apropriação que o poder público faz destes patrimônios. O presente trabalho visa trazer alternativas para levar essas discussões à sala de aula, de forma a questionar a patrimonialização dos monumentos e as memórias que se formam a partir desse processo.

Tendo como produto final o vídeo sobre o Valongo, o trabalho escrito foi estruturado de forma a explicar as escolhas e estrutura do documentário. O primeiro episódio (*Sobre Memória e Patrimônio*) traz nosso suporte teórico, discorrendo sobre as diferentes memórias existentes (individuais, coletivas – oficiais e subterrâneas), ancorado nos teóricos Fernando Catroga, Michael Pollak e Pierre Nora; além de trabalharmos com o conceito de patrimônio, traçando um breve panorama da compreensão desse conceito.

O segundo episódio (*Valongo: entre história e memória*), foi montado conforme o roteiro do vídeo, em que tratamos sobre a história e a memória do Cais do Valongo e do Cemitério dos Pretos Novos, com suporte das entrevistas que nos forneceram material singular para construção deste trabalho. A história do cais e do cemitério privilegia os aspectos de transformação que estes lugares passaram ao longo dos anos, desde suas construções, comentando sobre as tentativas de apagamento de memória que os acompanharam.

No terceiro episódio (*Valongo em foco*), falamos sobre a construção do vídeo, sobre as entrevistas realizadas, baseadas na metodologia da História Oral, e sobre o uso do vídeo em sala de aula.

O quarto e último episódio (*Ensino de História*) versa sobre o ensino de História, sua relação com a memória e, mais especificamente, o ensino sobre memória. Também neste episódio aproveitamos para esclarecer nossa visão sobre Educação Patrimonial.

## 1. SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

A memória é o resultado das constantes seleções entre o que será lembrado e o que será esquecido sobre o passado. As memórias individuais, frutos das recordações de vida de uma pessoa, e as memórias coletivas, que são construídas na interação com grupos sociais e pelo estudo da História – essas duas, nem sempre distinguíveis, vão nos ajudar a compreender o nosso lugar no mundo, quem nós somos, e, por isso, são responsáveis por formar identidades.

Fernando Catroga (2001) alega que a memória resulta de um processo de recordação, cujo caráter seletivo é o esquecimento. Para ele, a memória individual é formada por diversas outras memórias (familiares, grupais, nacionais, etc.) que vão coexistir de forma “*tensional e nem sempre pacífica* [...] e que a memória individual está] *em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às consequentes alterações ocorridas no campo das re-presentações do pretérito*” (CATROGA, 2001p. 16).

Catroga utiliza a palavra *traço* como sinônimo de patrimônio/monumento. O termo que antes era usado para se referir a uma sequência de rastros deixados pela passagem de animais, ganhou uma extensão mais ampla ao ser empregado para se falar sobre qualquer vestígio humano, voluntário ou não. O autor vai defender que a própria memória é constituída de “*traços inscritos na mente*”, podendo, assim, ser entendida ela mesma como um patrimônio.

Pierre Nora (1993) defende que, na atualidade, as mudanças constantes por que passamos nos deixa a sensação de perda do passado, de tê-lo como morto, e isto traz a ideia de que o passado (por mais recente que seja) está cada vez mais distante do presente, havendo, portanto, uma “*ruptura com o passado*”. Em função disso, o autor destaca o fim da memória e cria-se uma preocupação em preservar coisas que nos tragam de volta a memória, surgem, então, os lugares de memória: “*o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída*” (NORA, 1993, p. 12). Esses restos (paisagens, datas e personagens históricas, patrimônios arquitetônicos, folclore, músicas, tradições, etc.), que são os lugares de memória, surgem a partir da ideia de que não há memória espontânea, por isso a necessidade de preservá-los. A única memória que, para Nora, ainda existe, é a memória *habitus*, que está nos gestos e reflexos; enquanto a memória “*verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo*” (NORA, 1993, p. 2) - foi transformada em história, à medida em que necessita dos lugares de memória para reconstituir o passado: “*se o que* [os lugares de memória] *defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de*

*construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis*” (NORA, 1993, p. 13)

Ancorado, pois, na expressão “lugares de memória”, Pierre Nora traduz o que ele percebe como um contexto atual do trato com a memória, ressaltando a importância que tem a memória para a própria escrita da História, além de ser fulcral para o reconhecimento da identidade, de grupo ou individual. E ressaltamos aqui a relevância dos “lugares de memória” para o ensino de História, à medida em que são esses patrimônios vistos pelos alunos como a legitimação da História ensinada em sala de aula.

Ainda em diálogo com teóricos da memória, identificamos em Michael Pollak (1992), a relação de oposição que o autor faz entre memória individual com os “*acontecimentos vividos pessoalmente*” (p. 201) e a memória coletiva, que está relacionada a “*acontecimentos vividos ‘por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer*”. Pollak defende ainda que, além dos acontecimentos, a memória sofre influência de personagens e lugares, aos quais se aplica o mesmo esquema, personagens e lugares conhecidos pessoalmente ou “por tabela”.

Pollak (1989), ao dialogar com teóricos durkheimianos e numa tentativa de entender como os fatos sociais se tornam coisas, ou “lugares de memória” nas palavras de Nora, (dignas de serem lembradas por uma memória coletiva) e quem lhes garante este *status*, pesquisa por meio da História Oral sobre as memórias que não conseguem se oficializar, que não compõem o cenário da memória coletiva nacional, mas que permanecem em pequenos grupos de minorias, sendo memórias coletivas silenciadas (chamadas pelo autor de “*memórias subterrâneas*”), pela própria sobrevivência, e que, em momentos críticos, vêm à tona confrontar uma memória coletiva oficial. O autor salienta que a função das memórias coletivas exprime-se em formas “*mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, igrejas, aldeias, regiões, famílias, nações etc.*” (POLLAK, 1989, p. 9).

Outro ponto importante que Pollak (1992) destaca, e que está em sintonia com Nora e Catroga, é que a memória é um fenômeno construído, fazendo seleções entre o que será lembrado ou esquecido. No plano individual, isto pode ocorrer consciente ou inconscientemente. Mas independente da forma como ela é organizada o fato é que ela está intrinsecamente ligada à construção das identidades, pois é a partir dela que o indivíduo (ou um grupo) projeta uma autoimagem de si, para si e para os outros.

Por fim, sintetizamos os pontos principais para a compreensão do que entendemos como memória, contribuindo para o entendimento sobre seu papel na formação das identidades, e sua importância para o estudo com patrimônios:

1. o caráter seletivo da memória, pois é constituída pelo movimento constante de seleção entre o que será lembrado e/ou esquecido;
2. a existência de memórias plurais, tanto individuais (que cada indivíduo carrega consigo) quanto coletivas, havendo entre as memórias coletivas a memória oficial (nacional) e as memórias silenciadas (subterrâneas, ausentes dos discursos oficiais);
3. a relação ambígua entre a história e a memória, de forma que uma influencia a construção da outra;
4. a importância da memória no processo de construção de identidades individuais ou coletivas;
5. o entendimento da própria memória como um patrimônio;
6. e, por fim, os lugares de memória, que participam do processo de seleção consciente sobre o que deverá ser lembrado, agindo não apenas nos vestígios que serão apropriados pelos historiadores para a escrita da História, mas também na construção das memórias coletivas, impactando a formação de identidades.

## 1.1. PATRIMÔNIOS

Sabemos como é complexa a utilização do termo “patrimônio”, quando vemos sua aplicação para designar tanto a noção de “propriedade” quanto a de bens comuns que levantam aspectos históricos e culturais, vistos como fundamentais para a preservação de uma memória nacional. Em ambos os casos, inclusive, carrega um sentido de algo legal (nos termos da lei), sendo defendido pelo Estado. Certamente o patrimônio a que nos referimos é o segundo, que por sua vez apresenta tipos variados: materiais e imateriais.

São os patrimônios materiais os mais conhecidos e vulgarizados, os chamados “patrimônios de pedra e cal”, as construções “antigas” de herança europeia, geralmente. De acordo com Regina Abreu (2003), etimologicamente o termo faz alusão à ideia de herança paterna, e, a partir da Revolução Francesa, o patrimônio, que antes era visto como particular, passa a ser entendido como bem comum. Neste contexto, “*as heranças dos nobres* [foram]

*apropriadas como heranças do povo*” (ABREU, 2003, p. 31), trazendo a ideia de que apenas os artefatos da nobreza representavam a história e memória de um povo. Após a Segunda Guerra Mundial, a noção de humanidade (e mais especificamente de patrimônio da humanidade) ganha força e passa a disseminar a ideia de valorização de culturas diversas e distintas – impulsionada pelo conceito antropológico de cultura. Essa noção de cultura “*incluía hábitos, costumes, tradições, crenças; enfim, um acervo de realizações materiais, e imateriais, da vida em sociedade*” (ABREU, 2003, p. 33). A autora destaca a importância desse momento para as novas concepções de patrimônio, inspiradas na noção de diversidade cultural que vai surgir. Dessa maneira, o reconhecimento da multiplicidade cultural é visto como o ponto inicial para uma futura preocupação com a proteção de culturas diversas, mesmo dentro de um território nacional.

Sandra C. A Pelegrini (2009) nos esclarece sobre a proteção estatal voltada para os patrimônios culturais materiais, que se subdividem em bens móveis e bens imóveis: a partir de ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, criado em 1937<sup>6</sup>), são classificados e registrados em quatro *Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro das Artes Aplicadas*.

A partir daquele novo entendimento do conceito de cultura e considerando a diversidade existente entre as sociedades (mesmo dentro de cada sociedade), surge um novo pano de fundo para que o patrimônio seja visto de forma mais ampla e rica. Com uma explícita redação em prol do reconhecimento de um patrimônio imaterial, a Constituição brasileira de 1988, em seus artigos 215 e 216, inicia oficialmente uma nova proposta de reconhecimento patrimonial. Mas, apenas a partir do decreto 3.551 de 2000 é que aparece um novo instrumento de preservação. Surgem, então, novos livros no IPHAN, para que incorporassem essa nova modalidade imaterial do patrimônio: *Livro de Registro dos Saberes; Livro das Formas de Expressão; Livro das Celebrações; e Livro dos Lugares*.

Novos tipos de patrimônio se formulam, ao mesmo tempo em que cada vez mais se fala em patrimônio. Segundo François Hartog (2006), a busca incessante pela patrimonialização de coisas diversas (e com representatividades ainda mais diversificadas) ocorre no momento em que o futuro passa a apresentar uma ameaça de esquecimento para o presente (futuro passado), o que explicaria essa busca constante pelo registro das coisas e dos eventos do presente, que o autor nomeia de “presentismo”.

---

<sup>6</sup> Quando da criação o órgão recebeu o nome de SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Se, pelo patrimônio, podemos estudar uma sociedade ou um grupo social (ou elementos deles), a maneira como lidamos com o patrimônio (ou seja, essa necessidade constante de tudo querer patrimonializar) nos fala mais sobre quem nós somos do que sobre o patrimônio em si.

Acreditamos, porém, que, para além de uma mudança da nossa relação com o tempo, essa busca por patrimonializar coisas diversificadas surge em um contexto em que novos atores sociais começam a ganhar voz, o que se refletirá tanto na História quanto nas fontes de que ela se utiliza. Um exemplo desta apropriação dos patrimônios por novos atores sociais, pode ser encontrado no texto de José Ribamar Bessa Freire (In: ABREU & CHAGAS, 2009, p. 217-253), que fala sobre quando os índios do Brasil descobrem a utilidade dos museus, no sentido de recuperar e (re)construir memórias. É também o que acontece neste trabalho, quando pretendemos buscar no Valongo uma fonte de memórias para apropriação e aproveitamento com alunos da Educação Básica, além de lutar contra o movimento de apagamento dessa memória da escravidão, que o lugar passou ao longo da sua história.

Notadamente, todos esses esforços de trabalho com patrimônio caminham no sentido de preservar resquícios de um passado, de construir (ou manter) uma memória coletiva. Por isso, ao trabalhar um patrimônio, inevitavelmente, suscitamos as memórias a ele relacionadas. Entendemos patrimônio como algo constituído em um processo de disputa política, por memória e poder, e pela afirmação de si diante de um “outro”. Desta forma, ao vermos o Valongo como patrimônio, estamos afirmando a importância que tem para a História do Brasil a presença africana, não só quando falamos dos “braços” que construíram o país, mas quando nos referimos às formas que o povo brasileiro tem de se expressar cultural, religiosa e intelectualmente.

## 2. VALONGO: ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Para escrever a História, os historiadores utilizam os vestígios do passado, documentos escritos, imagens, depoimentos orais, enfim, tudo o que pode ser preservado e que tem intervenção humana. Nesse sentido, podemos dizer que os historiadores utilizam também a memória para escrever a História. E, de certa forma, as pessoas podem utilizar a História para definir, muitas vezes involuntariamente, o que vai lembrar sobre o passado, o que fará parte da sua memória. Por isso entendemos que História e memória se interpenetram, que uma estimula a produção da outra.

Segundo Catroga (2001), a História contribui para o enriquecimento da memória coletiva, pois seu produto é visto como algo de científico, e, por isso, legitimador de memórias e tradições. Assim, a História passou a ser “*utilizada como meio de produção e reprodução de novas ou refundadas interpretações do passado, em ordem a interiorizá-las como memória coletiva*” (CATROGA, 2001, p. 50). Porém, a influência inversa também ocorre, de forma que as escolhas e seleções primeiras do historiador estão já impregnadas pelos “*ardis da memória*” (CATROGA, 2001, p. 65), fazendo com que sua atuação seja impedida de ser colocada “entre parênteses”, numa tentativa de autotransparência do pesquisador.

Dessa forma, Catroga alega que há um caráter aparentemente antitético na produção historiográfica: “*a produção de conhecimentos científicos (a história como saber) e a difusão de conhecimentos (a história como memória)*” (CATROGA, 2001, p. 51) – embora o autor reconheça que existem pontos de contato entre essas duas versões.

A História que construímos neste trabalho está recheada dessa complexa mistura com a memória dos moradores e suas histórias e a história dos pesquisadores e suas memórias ligadas ao local, construídas ao longo de suas pesquisas e vidas acadêmicas.

Neste trabalho, chamamos de Valongo o espaço da Zona Portuária do Rio de Janeiro em torno do Cais do Valongo. O termo Valongo faz referência a vale longo, nomeando a rua entre o morro do Livramento e o morro da Saúde.

A História do Valongo está diretamente ligada aos tempos escravagistas, e demarcamos dois pontos que entendemos como pilares do complexo que ali existiu: o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo.

Em 1996, o antigo Cemitério dos Pretos Novos foi descoberto quando o casal Guimarães fazia uma obra em sua casa (FOTO 1). O Cemitério foi bastante citado por viajantes que por ali passavam no século XIX, inclusive comentando sobre o mau cheiro da região, o que também era alvo de muitas críticas da população que ali vivia. Nas palavras de Freireyss, viajante alemão que esteve no Brasil de 1814 a 1815: *“Provavelmente procede-se ao enterramento apenas uma vez por semana e como os cadáveres facilmente se decompõem, o mau cheiro é insuportável. Finalmente chegou-se a melhor compreensão, queimando de vez em quando um monte de cadáveres semidecompostos.”* (FREIREYSS, 1982, p. 134) A partir dos vestígios encontrados no Cemitério, acredita-se que funcionava como um depósito de restos indesejados pela população, aí se incluem os lixos urbanos, animais mortos e os africanos que não resistiam à travessia do Atlântico, chamados de pretos novos em alusão à mercadoria nova, que ainda não tinha sido usada. O fato de serem enterrados em um local destinado a despejo de lixos tem um simbolismo muito grande, que demonstra o lugar do negro na sociedade escravocrata brasileira. Tia Lúcia relembra suas memórias de infância sobre o lugar: *“eu quando era menina eu sempre dizia que ali tinha espíritos vivos... ‘Essa menina fala demais’. ‘Aqui tem gente viva, estão tudo ali enterrado’. Sempre dizia isso, nunca me esqueço.”* (SANTOS, 2016)



FOTO 1: Cemitério dos Pretos Novos.

Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=18144> Acesso em 23/08/2016

O antropólogo Milton Guran (2016), que também entrevistamos para o documentário, informa:

*[...] a Mercedes, que é essa senhora dona da casa, então, tomou consciência da importância daquilo, foi buscar ajuda com os arqueólogos, cavucaram, e o que se encontrou ali é um retrato terrível da mentalidade, da ideologia e da perversidade da sociedade escravocrata brasileira, que não é diferente das outras sociedades escravocratas, por sinal.*

A existência do cemitério se fez necessária devido à criação do Cais do Valongo, que tinha a finalidade de receber os navios negreiros fora dos limites da cidade. O antigo cais, aonde aportavam os navios negreiros, funcionava no centro da cidade do Rio de Janeiro, hoje Praça XV, mas devido ao estado deplorável que chegavam os africanos, após uma longa e sofrida travessia do Atlântico, o vice-rei Marquês do Lavradio transferiu o mercado de escravos para o Valongo.

*“Imagina, depois de uma travessia terrível no mar, chegavam nus, doentes, banho nem falar. Então era uma situação realmente muito degradante e depois, perto d’aonde desembarcavam, eles tinham que ser alojados, eles tinham que ser tratados, era complicado fazer aquilo ali. Então a sociedade local pressionou muito o governo pra tirar esse desembarque dali.” (GURAN, 2016)*

O desembarque nessa região já acontecia desde o século XVIII, mas para agilizar a atividade, foram construídos os degraus de pedra do Cais do Valongo a partir de 1811. O funcionamento desses degraus vai de 1817 a 1831, quando foi proibido o comércio de escravos vindos de fora do império, muito embora a lei Feijó não tenha sido cumprida.

Com o funcionamento do Cais do Valongo, vai se estruturar uma complexa vida econômica e social na região, com lojas de vendas de escravos e de artigos diversos, de interesses também dos africanos, visto que havia africanos que chegavam na dinâmica do tráfico, mas que não eram escravos.

Estima-se que tenham chegado de quinhentos mil a um milhão de africanos escravizados pela costa do Rio de Janeiro, o que faz do Cais do Valongo um símbolo do maior porto escravista do mundo.

*“Dos 10 milhões de africanos que estima-se que chegaram vivos nas Américas, 4 milhões vieram pro Brasil, 40%, é enorme. Sobretudo porque o Brasil daquela época era um fiapinho na costa e uma entradinha em Minas Gerais, pra pegar o ouro. [...] E desses 4 milhões, 60% entraram pelo Rio de Janeiro, 2 milhões e 400 mil africanos. Isso faz do Rio de Janeiro o maior porto escravagista da*

*história da humanidade, e nós não tínhamos tomado consciência disso.” (GURAN, 2016)*

*“E esses escravos, que aqui desembarcam, eles vão alimentar com braços as lavouras cafeeiras, eles vão pra cana de açúcar, vão pra mineração, vão pra trabalhos urbanos em diversas atividades, ou seja, a escravidão vai estar em todas as atividades no Brasil, porque o Brasil é um país escravista, um país escravista que dependia exclusivamente da mão de obra africana.” (HONORATO, 2016)*

Apesar de já se saber da existência do Cais naquele local, somente com o movimento das obras para as Olimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, em 2011, foi desenterrado o Cais do Valongo (FOTO 2), que aparece na proposta de candidatura a patrimônio da humanidade, apresentado a Unesco em 2014, como sítio arqueológico, devido a quantidade de itens ali encontrados. A proposta da candidatura foi apresentada para a Unesco pelo governo brasileiro, tendo como representante o antropólogo Milton Guran, integrante do Comitê Científico Internacional da Rota do Escravo que coordenou as pesquisas para a formulação do dossiê. A proposta foi aceita pela UNESCO e está atualmente em fase de visitação.



FOTO 2: Cais do Valongo e Cais da Imperatriz.

Disponível em [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com) Acesso em 11-07-2016

Sobreposto ao Cais do Valongo, cujas obras se iniciaram em 1811, podemos notar a obra do Cais da Imperatriz, construído para a chegada da Teresa Cristina de Bourbon, em 1840, que recebe um totem como referência a sua existência na Praça do Comércio, quando, já no período republicano, o Cais é coberto por um projeto de modernização da cidade. No

entanto, nenhuma observação sobre o antigo Cais do Valongo é feita no monumento, certamente uma tentativa de silenciar a memória do passado escravista, e esta política de apagamento da Reforma Pereira Passos fica clara nas palavras de Humberto F. Machado (2005):

*“Quando as reformas terminaram, em 1906, 1681 habitações foram demolidas, virando pó, durante o ‘bota abaixo’ de Pereira Passos, atingindo diretamente os setores mais humildes da população que foram obrigados a se deslocarem para as zonas mais afastadas, em especial os subúrbios. Essas demolições contribuíram para o estabelecimento das primeiras favelas, na parte central da cidade, com a ocupação dos morros da Providência, São Carlos e Santo Antônio, até então pouco habitados.”* (p. 66)

Ao lado do Cais do Valongo, estão as Docas Pedro II (FOTO 3), construídas por André Rebouças, o primeiro engenheiro negro do Brasil, em 1871. Milton Guran atribui um grande significado simbólico ao prédio:

*“É um prédio importante porque, ao que se fala, reza a lenda, foi o primeiro prédio de grande porte construído sem mão de obra escrava, por um engenheiro negro, primeiro engenheiro negro brasileiro, assim. Então você tem de um lado a tragédia, de outro lado a superação, vamos dizer assim. [...] Na verdade, o grande valor do Valongo é simbólico, e esse valor simbólico do Valongo tem que ganhar densidade e visibilidade num memorial de celebração da herança africana, porque o Brasil não tem um museu pra isso. [...] O Estado brasileiro em nenhuma das suas instâncias, federal, municipal ou estadual, criou um museu que tratasse da questão da presença africana no Brasil. Isso é um absurdo! Pelo amor de deus! Não é possível não ter esse museu! Então o momento é esse, e espera-se, pelo menos, é uma proposta de todas as partes envolvidas, que esse museu se instale exatamente no Docas André Rebouças.”* (GURAN, 2016)



FOTO 3: Docas Pedro II.

Disponível em [www.portomaravilha.com.br](http://www.portomaravilha.com.br) Acesso em 23-08-2016.

Ao falar de valor simbólico, a memória traz à tona a Pedra do Sal (FOTO 4), que ainda no século XIX era banhada pelo mar, antes dos sucessivos aterros que a região portuária recebeu. Era local de lutas populares, de culto e celebração, de oferenda aos orixás. Após a abolição, além dos habitantes do interior do estado, muitos baianos migraram para o Rio de Janeiro, com aspirações de uma vida melhor, e foi ali, nos entornos da Pedra, no Valongo, o lugar onde decidiram fixar-se. Pelos encontros que ofereceu e pelas histórias que testemunhou, a Pedra do Sal é um dos marcos do nascimento de uma africanidade brasileira. A partir dos encontros e festejos religiosos, é ali que o samba carioca começa a emergir, um dos argumentos para seu tombamento como patrimônio estadual em 1987. Tia Lúcia é uma das baianas, filha de pai africano, que vieram morar no Rio de Janeiro, e ela nos conta sobre os festejos que costumavam ocorrer na Pedra:

*“Esse pedaço aqui sempre foi famoso. Tinha um bloco que chamava, antigamente chamava Barão do Mauá, agora passou a ser chamado Escravo da Mauá.[...] Tinha o Bloco da Vizinha Faladeira, tinha o Fala Meu Louro e Balança Mas Não Cai, o bloco Balança nunca mais ouvi falar mais nesse bloco. [...] Toda segunda-feira tinha o samba da Mauá, mas não era Mauá, era o samba da Pedra do Sal, eles nunca botaram o nome ‘da Pedra do Sal’... mas tudo bem. Ai tinha as alegrias.” (SANTOS, 2016)*



FOTO 4: Pedra do Sal.

Disponível em [www.artrio.art.br](http://www.artrio.art.br) Acesso em 23-08-2016.

No entorno da Pedra, do Cais e do Cemitério, ainda podemos notar a existência de um casario do final do século XIX e início do XX, muitos bem preservados e já patrimonializados. Com as entrevistas realizadas para a elaboração do vídeo, percebemos um certo consenso entre pesquisadores e moradores sobre a importância da preservação deste casario. Aos moradores, porque remete a lembranças da infância, boas memórias que guardam consigo, além de se preocuparem com a beleza do bairro onde moram. Aos pesquisadores, pois entendem que ajuda a preservar a memória do local, e torna visível parte de sua história. Os moradores fazem referência ainda às festas que são realizadas no bairro, samba, blocos carnavalescos, procissões, e expressam certa preocupação com as mudanças que vêm ocorrendo com a modernização da região, mudança de moradores antigos, limitação de utilização das praças, que antes abrigavam os eventos e agora passam a ser controladas por órgãos públicos, que devem emitir autorização para que qualquer evento ocorra no local.

Além de citarem o casario, o que é feito como uma referência positiva, os moradores falam de outras formas de habitação, como as “cabeças de porco” e “malocas”. A moradora entrevistada, Tia Lúcia, fala sobre quando morou em uma “cabeça de porco”:

*“Cabeça de porco é assim ó: eu moro aqui, aí tem uma portinha pequenininha, um corredor, morava outro aqui, era assim, chamava cabeça de porco. [...] Aí, na cabeça do porco era horrível, nego dizia palavrão... era uma bagunça, eu não entendia o que era aquilo, e eu*

*ficava olhando, triste, porque eu via tanta gente, e vinha um cheiro! Era insuportável!” (2016)*

Fábio Sarol (2016), comenta como ainda hoje ocorrem invasões em casas abandonadas no bairro, e as condições subumanas com que convivem:

*“...mudou a geografia local dos moradores, hoje é muita invasão, muitas casas dessas aqui são invadidas [...] Não é nem cabeça de porco, é maloca. É um pouquinho pior que cabeça de porco, é um lugar que é uma sub-moradia, as pessoas moram num lugar que não tem luz, não tem esgoto, é tudo vazando, é um monte de criança, de pessoas tudo aglomerado num determinado local, então, é uma coisa, assim, meio triste de ver, sabe?”*

Quando falamos dos patrimônios do Valongo, incluímos tanto os materiais quanto os imateriais, nesses se incluem, obviamente, os festejos que os moradores também fazem questão de ressaltar. De fato, mesmo a materialidade dos patrimônios não significaria muito se não fossem as pessoas que atribuem significado a ela. Por isso, entendemos que o real patrimônio do Valongo são as pessoas que lá viveram e as que vivem hoje, ressignificando diariamente o sentido das coisas patrimonializadas naquela região.

Tivemos o interesse em saber o que cada um dos entrevistados julga importante de ser preservado no Valongo. As respostas são distintas, mas todas bem fundamentadas:

Historiador:

*“Com certeza há locais específicos a serem preservados e esses locais já estão sendo de certa forma preservados. [...] Então esses três lugares são emblemáticos: o Cais, Cemitério e Pedra do Sal. São locais onde eles chegavam, local onde aqueles que não resistiam eram enterrados, e local da festa, da celebração, da religião. Então esses locais são emblemáticos. [...] Mas é interessante pensar o próprio bairro que é o Valongo, que hoje é o bairro da Saúde e parte da Gamboa, há uma necessidade de preservação de todo este espaço, e isto está previsto no dossiê da UNESCO, sendo o Cais patrimônio da humanidade, toda essa área, que é considerada área de amortecimento, ela vai passar por um processo de conservação, de preservação. [...] Acho que o mais importante de tudo isso é que a comunidade seja respeitada, seja valorizada, que isso é o mote da UNESCO. O turismo de memória ele tem que ser gestado, ele tem que ser gerido pra comunidade, porque o problema é quando você tem uma evasão, com esse processo de gentrificação, e isso começa a ser apropriado por outras pessoas que tem poder aquisitivo, por instituições, por organizações, e acaba usurpando isso da comunidade, esse que é o perigo.” (HONORATO, 2016)*

Moradora:

*“Aqui deveria deixar como ele era. Como era antigo. [...] As esculturas que a gente deveria manter vivas ainda são esse pedaço todo que tá aqui [Largo da Prainha], a praça Mauá, eles deviam pintar, conservar, que ainda tem... isso aqui é tudo antiquíssimo. Você já foi aqui nesse beco? Já viu, reparou as casas em cima? [...] Os desenhos significam é o lugar, entendeu? [...] E às vezes tem uns que são uns brasões do lugar de onde ele morava, entendeu? De Portugal, da Itália, da França. [...] Os moradores estão pouco ligando, os que estão vindo agora, se não vai ficar bonito, se não vai ficar feio. No meu tempo conservava a rua, não gostava que destruía a frente da casa. Hoje, a própria prefeitura não toma conta. Você destruiu a frente da casa o problema é seu, coisa que eu acho que eles deveriam conservar.” (SANTOS, 2016)*

Antropólogo:

*“Lá naquela região do porto tem um casario maravilhoso, que aliás está todo tombado. Tudo o que é anterior a 1930 na cidade me parece que está tombado. [...] O Cemitério dos Pretos Novos veio à luz em 1996 quando um casal resolveu fazer obra em sua casa, resolveu quebrar o chão pra passar uns canos e apareceu um fêmur. [...] Então a primeira coisa que deve ser preservada é aquilo. [...] Mas existe uma outra questão, que é o patrimônio imaterial. [...] A Pedra do Sal é um lugar de forte valor simbólico pra cidade e pra cultura afro-brasileira, porque ali nasceu o samba, ali se jogava muita capoeira. [...] Aquele pessoal que se reunia ali é o pessoal que criou as primeiras casas de culto, naquela região, e então a Pedra do Sal é carregada desse significado. [...] O quilombo Pedra do Sal, que está em fase de titulação, é, vamos dizer assim, um pilar de resistência da cultura negra ali. Então isso é muito importante pra identidade social e urbana daquela região. [...] Enquanto esses dois lugares forem preservados e defendidos e cuidados, eu acho que essa identidade afro brasileira tem como se manter e prosperar na região.” (GURAN, 2016)*

Morador:

*“Já mudou umas coisas... mudou a Praça dos Servidores, que é o Cais do Valongo lá, que é o achado, mas, tipo assim, não tem uma árvore, não tem nada lá, não tem um banco na praça, antes tinha banco. [...] O Largo da Prainha também, que é uma pracinha que tinha banco antigamente, era uma pracinha mais utilizada pelos moradores, hoje está meio assim, melhorzinha, no aspecto de aparência, mas ao mesmo tempo é pouco utilizada pelos moradores, então acho que não está tão preservada. A Pedra do Sal conseguiram*

*preservar. A Praça da Harmonia dizem que vai entrar em obra futuramente, a gente não sabe como vai ficar. Assim, tem poucos pontos aqui no bairro pra explorar, não tem muito... [...] Eu acho que tinham que preservar os moradores antigos, tinham que ouvir a comunidade, porque as coisas são feitas, eles fazem e depois mostram, então não tem aquele diálogo com a região. Então, assim, não sei se querem preservar o nosso patrimônio, nossa região, a gente não sabe muito bem... entendeu? E também a cultura, acho que a cultura deve ser preservada. Ficamos muito tempo sem cultura na região e de uns tempos pra cá a cultura aqui no bairro, nos últimos 10 anos assim, mudou muito aqui na região. Começou a chegar novas pessoas pra produzir, pra fazer arte, cultura, blocos que ressurgiram, que tinham parado no tempo e voltaram alguns blocos. E acho que é isso, a gente tem que manter a nossa essência, nossa cultura e preservar mais os moradores, ouvir mais os moradores, que estão aqui antes do progresso, antes, durante e não sabemos se vão ficar depois da... deles. Então acho que tem que preservar essa parte.” (LEAL, 2016)*

Notamos que os moradores têm uma preocupação maior em melhorar a habitabilidade do bairro, quando, por exemplo, a Tia Lúcia fala sobre a preservação das casas, preocupada com a aparência, e quando o Fábio relata a inutilização de ambientes que foram reformados, mas com pouca serventia para os moradores, como as praças sem bancos e árvores, também alvo de crítica pela Tia Lúcia em outro momento da entrevista. Além disso, Fábio também demonstra preocupação com a evasão dos moradores antigos, que se mudam do bairro por causa do aumento do custo de vida, preocupação também demonstrada pelos pesquisadores, tanto ao responder à pergunta sobre preservação do bairro, quanto em outros momentos da entrevista. Os pesquisadores também demonstram claro interesse em preservar os símbolos do passado escravista, o que poderia contribuir para reforçar identidades afro-brasileiras na região.

Trabalhamos a história do Valongo visando compreender as memórias dos moradores, que atribuem ao lugar um significado particular, ligado a emoções sentidas ao longo do tempo em que ali estiveram – e entendendo que, como afirma Catroga, a própria memória que as pessoas guardam no Valongo pode ser vista como um patrimônio. Dessa forma, abrangemos algo além da nebulosa história escravagista do bairro. Mostramos que há vida, paisagem, festas, eventos religiosos, pessoas, histórias e memórias variadas.

## 2.1. NOVOS OLHARES EM ANTIGOS LUGARES

A partir do nosso recorte de estudo, notamos que a região portuária é marcada por, pelo menos, quatro grandes momentos de reforma: em 1811, quando é construído o Cais do Valongo; em 1843, quando é construído o Cais da Imperatriz sobre o antigo Cais do Valongo; em 1911, quando o Rio de Janeiro passa por um processo de modernização e o Cais da Imperatriz é coberto; e em 2011, quando o sítio arqueológico é aberto, no movimento de obras para as Olimpíadas. Ao longo desses anos, o bairro sofreu diversas transformações e foi se moldando, com aterros e eliminação de morros, até chegar na forma atual, que provavelmente não será a última.

No intuito de remodelar e limpar a cidade do Rio de Janeiro, o vice-rei Marquês do Lavradio transferiu, em 1769, o desembarque dos pretos novos nos botes, após passar pela Alfândega, da Praça XV para o Valongo, subúrbio da cidade, junto com ele foi transferido também o mercado de escravos e o cemitério, de forma que os negros não vendidos não saíssem do Valongo nem na condição de mortos (PEREIRA, 2007).

A reforma Pereira Passos, precedida por epidemias diversas, também visou sanear a cidade do Rio de Janeiro e trazer ares de cidade europeia à capital do país. Humberto Machado (2005) diz que

*“as intervenções visavam erradicar as epidemias e a alterar profundamente a sua fisionomia através de mudanças no seu traçado urbano. Os novos ares ‘civilizados’ da capital do país, idealizado pelas elites, deveriam desmontar e sepultar a cidade colonial e negra identificada com a escravidão.” (p. 64)*

Procurava-se, com a reforma, eliminar a população pobre e negra das regiões centrais da cidade, dando espaço às elites reprodutoras da cultura europeia e aos imigrantes europeus, trazidos sob alegação da necessidade de braços para o trabalho industrial, mas, na verdade, atendendo à política governamental de branqueamento, ou *“limpeza étnica”* (PEREIRA, 2013, p. 64), da população brasileira.

A região portuária ficou esquecida pelo poder público ao longo do século XX, sem investimentos para melhorias sociais e econômicas, embora fosse famosa pelas festividades que promovia. Cláudio Honorato acredita que o motivo do abandono da região tenha relação com a ascendência negra da população, e diz que a região *“vai ser deixada à sua própria*

*sorte. Porque a imprensa, no início do século XX, falava muito mal dessa região, que era uma região de valentões, por causa dos capoeiras, é uma região de bandoleiros, de malfeitores.”* (HONORATO, 2016)

As reformas na região portuária iniciadas em 2001, quando da divulgação do Porto do Rio – Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (ProRio), darão as bases para o futuro projeto Porto Maravilha, desenvolvido após a escolha do Rio como sede dos Jogos Olímpicos, em 2009. Nesse contexto de reformas, o Cais do Valongo foi desenterrado, e, em 2011, foi criado o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana<sup>7</sup>, abrangendo o Centro Cultural José Bonifácio, Cemitério dos Pretos Novos (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN), Cais do Valongo e da Imperatriz, Jardins do Valongo, Largo do Depósito e Pedra do Sal. Em 2014, começa a ser elaborado o dossiê de candidatura do Cais do Valongo e da Imperatriz a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, coordenado pelo antropólogo Milton Guran, pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, com participação do arquiteto José Pessoa, professor da USP, da historiadora Mônica Lima, professora da UFRJ, e da arqueóloga, chefe do centro de arqueologia do IPHAN, Rosana Najjar<sup>8</sup>, além da colaboração de outros profissionais.

Há ainda um certo dissenso a respeito da inclusão dos Jardins do Valongo no Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, tendo em vista que sua criação contribui para ocultar o passado do local onde eram vendidos africanos escravizados e ressaltar uma memória, que projetos governamentais como o ProRio buscam legitimar, criada a partir da ocupação do Morro da Conceição por migrantes europeus, de onde se origina a ideia de que a “autêntica” herança do local é de “origem portuguesa” (GUIMARÃES, 2013).

Com as reformas feitas para as Olimpíadas, incluindo o projeto do Porto Maravilha, e a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade, novos olhares foram atraídos para a região, de turistas, turismólogos, novos moradores, empreendedores, estudantes e pesquisadores de diferentes lugares do Brasil e do mundo. Toda essa atenção e as próprias reformas urbanas, repercutem na vida dos moradores do bairro, tanto de forma positiva quanto negativa. Este aspecto também é comentado no vídeo, visando ressaltar como a região do Porto começa a receber atenções de diversas partes, impactando a vida dos moradores e a visão que todos nós, não apenas os habitantes, temos do bairro. O morador Fábio Sarol revela

---

<sup>7</sup> Decreto 34.803/2011.

<sup>8</sup> As informações sobre o dossiê foram fornecidas pelo próprio Milton Guran, em 2016, em entrevista para a produção do vídeo.

as angústias a respeito do aumento do custo de vida e sobre as obras na região, cujo término não está previsto para antes das Olimpíadas<sup>9</sup>:

*“A gente tá sofrendo com o caos, pra chegar no bairro e pra sair. Todo dia é um sofrimento, é trânsito pra entrar no bairro e pra sair. Quando chove, é lama, são alagamentos, pra gente é muito ruim. Então a gente tá sofrendo já tem uns 3 anos que a gente tá sofrendo aqui na região e a gente não vê as coisas melhorarem aqui no bairro. [...] Então assim, a revitalização, por um lado, está sendo interessante, que está modernizando aqui o porto, mas para o outro lado, da região mesmo para a população, não está sendo assim muito bem vista. Não está sendo porque está tudo muito caro. Muito caro e a gente não tem, assim, não tem essa condição financeira de viver aqui, se continuar desse jeito, essa bolha...”* (LEAL, 2016)

Como citado por Fábio Sarol, a revitalização da zona portuária e o crescente interesse turístico pela região fazem com que o custo de vida no bairro aumente consideravelmente, de maneira que muitos moradores não conseguem se manter ali. Os pesquisadores também revelam preocupação com a possível gentrificação que a modernização do bairro pode gerar.

*“A gente ainda não tem claro se essa transformação toda, que está sendo bastante positiva no aspecto econômico e cultural, a gente não sabe se isso ainda vai beneficiar de fato a população, ou vai acabar provocando, com a gentrificação que se fala muito, mais uma vez, como aconteceu em várias comunidades, como por exemplo lá no Cristo Redentor, Pão de Açúcar, de uma fuga em massa dessa população, porque o custo de vida fica muito caro.”* (HONORATO, 2016)

*“O projeto de recuperação do Porto Maravilha fez opções por soluções urbanas que não são consensuais, quer dizer, eles valorizaram demais, com torres altíssimas e tudo, a parte empresarial e corporativa, em detrimento de uma configuração urbana, residencial, com fixação das pessoas. Então aquilo ali vai ser igual a uma floresta de eucalipto, não vai ter nem passarinho. daquelas torres todas, pouquíssimas são destinadas a moradias, a uma série de coisas. [...] O que nós todos estamos nos esforçando – quando eu digo nós, é a sociedade civil, são setores mais conscientes da administração pública, são os próprios moradores – estamos nos esforçando para diluir esse processo de gentrificação.”* (GURAN, 2016)

---

<sup>9</sup> Informação dada por um dos trabalhadores envolvidos na instalação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no bairro, embora no site [www.portomaravilha.com.br](http://www.portomaravilha.com.br) o cronograma das obras tenha como data final 30/06/2016. Consultado em 03/08/2016.

O risco da gentrificação nos faz questionar todo o contexto de reformas e modernização que envolve a região portuária atualmente. Quando levantamos o histórico das reformas urbanas já feitas na cidade do Rio de Janeiro, vemos claramente que o risco eminente de afastamento da população que compõe o arsenal social e cultural da região é real. Embora não defendamos a ideia de que determinada parcela da população tenha mais direito de viver ali do que qualquer outra, acreditamos que todo o patrimônio material que existe no Valongo tem seu sentido ressaltado se aliado à rica cultura afro-brasileira que movimenta e dinamiza o bairro.

## 2.2. SILÊNCIOS E ESQUECIMENTOS

*“O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referência que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil.” (POLLAK, 1989, p. 9)*

A primeira tentativa de apagamento das marcas que a escravidão deixou no Valongo que queremos assinalar foi o aterramento do Cemitério dos Pretos Novos, sem nenhuma referência ao que existira ali, e que deixou de funcionar após a inutilização do Cais do Valongo, em 1831. A existência do cemitério já era em si incômoda para os moradores da região, pelo mau-cheiro que exalava, já citado por Freireyss (1814-1815), além de retratar a perversidade dispensada pela sociedade carioca aos corpos dos africanos. De acordo com Reinaldo Tavares (2012), o Cemitério dos Pretos Novos desaparece legalmente no dia 17 de fevereiro de 1855 com o Decreto 1.557 (TAVARES, 2012, p. 192), que define quais seriam os quatro cemitérios destinados ao sepulto na cidade do Rio de Janeiro, excluindo definitivamente o Cemitério dos Pretos Novos. Como assinala Pollak (1989), o silêncio pode advir da oportunidade de não se tocar em uma ferida presente na memória, até que a memória silenciada (no caso, por meio de uma obra em casa) traga à tona a realidade que vem confrontar a memória oficial.

Em seguida, foi construído o Cais da Imperatriz sobreposto ao Cais do Valongo. O Cais da Imperatriz foi criado em 1843 para receber a esposa de D. Pedro II, Teresa Cristina de Bourbon, e decorado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, incluindo quatro grandes estátuas de divindades latinas: Ceres (deusa da Agricultura), Minerva (deusa da sabedoria, das artes e ofícios), Mercúrio (deus do comércio) e Marte (deus da guerra), que ilustravam o projeto civilizatório do II Império com uma dinastia portuguesa reinando nos Trópicos.

As estátuas foram retiradas do Cais da Imperatriz e colocadas no Jardim Suspenso do Valongo, no morro da Conceição, inaugurado em 1906, durante a gestão do prefeito Pereira Passos. Em 1999, as estátuas originais foram transferidas para os jardins do Palácio da Cidade, em Botafogo, e réplicas foram colocadas em seu lugar (SIGAUD & PINHO, 2000). O jardim celebra a herança europeia, tenta reforçar a ideia da “origem portuguesa” no Morro da Conceição, além de colaborar para o apagamento das memórias escravistas da região, ao ser construído em um dos locais onde aconteciam as vendas dos escravizados.

O Cais da Imperatriz foi encoberto no início do século XX, ainda no movimento de modernização da cidade iniciado no governo de Pereira Passos. No local foi colocado um monumento fazendo referência ao Cais da Imperatriz, mas nada dizendo sobre o antigo Cais do Valongo. Milton Guran (2016) também afirma que *“existe uma política deliberada, uma intenção de apagar essa memória da escravidão e tudo. De certa maneira a gente entende, porque do ponto de vista humano é muito doloroso, e do ponto de vista político, é muito desfavorável, então ninguém quer lembrar.”*

Além da tentativa de apagamento do Cais do Valongo, do mercado de escravos e do Cemitério dos Pretos Novos, vemos ser silenciado sobre a região a existência de um sítio de contato entre antigos habitantes tupi-guaranis e portugueses, do século XVII, cuja existência é comprovada principalmente pela presença de cerâmica corrugada tupi-guarani, cerâmica europeia e fragmentos de faianças portuguesas do século XVII.

Também foram encontrados resquícios do que um dia foi um sambaqui na Rua do Propósito. Conchas, espinhas de peixes, cerâmica e lascas de quartzo leitoso compõem o Sambaqui do Propósito, que se estende a ruas adjacentes e que, como acredita Reinaldo Tavares (2012, p. 193), encontra-se sob as casas daquele território.

*“Essa sequência de achados testemunham a ocupação diacrônica daquela área, com considerável profundidade temporal, desde as ocupações da costa por grupos pescadores-coletores, passando pelo período em que as populações horticultoras tupiguarani que se*

*assentaram no litoral do Rio de Janeiro, entraram em contato com os portugueses, até a área ser transformada em cemitério de escravos.”*

Essas descobertas nos mostram o quanto ainda temos a aprender sobre a nossa própria história, e também nos mostram como nossa memória faz seleções sobre o que será lembrado ou esquecido, em um constante processo de negociação da memória com aquilo que a história nos conta.

### 3. VALONGO EM FOCO

Para abordar as variadas histórias e memórias do Valongo, o vídeo mostra entrevistas feitas com pesquisadores e moradores da região portuária do Rio de Janeiro: o antropólogo Milton Roberto Monteiro Ribeiro (FOTO 5: Milton Guran); o historiador Cláudio de Paula Honorato (FOTO 6); a moradora Lúcia Maria dos Santos (FOTO 7: Tia Lúcia); e o morador Fábio Pereira Leal (FOTO 8: Fábio Sarol).



FOTO 5: Milton Guran. Acervo pessoal.



FOTO 6: Cláudio Honorato. Acervo pessoal.



FOTO 7: Tia Lúcia. Acervo pessoal.



FOTO 8: Fábio Sarol. Acervo pessoal.

Para efeito comparativo, foram usadas as mesmas perguntas em todas as entrevistas. São elas:

- 1) De que forma o Valongo começou a fazer parte da sua vida?
- 2) Pode me contar um pouco sobre a história do Valongo?
- 3) Como você vê a região portuária? Houve transformações nos últimos anos?
- 4) Você acha que alguns locais específicos da região deveriam ser preservados?

A primeira pergunta busca saber as memórias que cada um deles guarda sobre o Valongo. A segunda, como cada um narra a história do bairro. Na terceira, pretendemos abordar as últimas reformas que o bairro vem sofrendo, mas deixando em aberto possibilidade

do entrevistado não comentar sobre o Projeto Porto Maravilha, caso não julgasse necessário. Na última questão pretendemos descobrir o que os entrevistados julgam importante para ser preservado, patrimonializado. Utilizar as mesmas perguntas com os entrevistados nos trouxe vantagens e desvantagens: com o resultado, conseguimos utilizar as questões para trabalhos comparativos, mesmo em sala de aula, o que era nossa intenção primeira; por outro lado, deixamos de explorar uma série de particularidades que cada entrevistado poderia nos oferecer. Mas isso pode ser aprofundado em outros trabalhos, cujo objetivo esteja especificamente na análise das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas nos lugares escolhidos pelos entrevistados, o que de certa maneira já diz algo sobre eles. O historiador Cláudio Honorato é coordenador do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) e nos concedeu entrevista dentro do Memorial dos Pretos Novos, no exato local escavado e onde ossos humanos foram encontrados, misturados a fragmentos de louças e ossos de animais.

O antropólogo Milton Guran é pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF e optou por ser entrevistado em seu escritório em Santa Teresa, rodeado de livros e com uma bela paisagem.

A moradora Tia Lúcia, não compareceu no dia e local marcado, mas no dia de São Jorge, nos festejos na Pedra do Sal, nos encontramos por acaso e ela nos concedeu a entrevista em um dos sobrados do Largo de São Francisco da Prainha, de onde guarda boas memórias da infância. Inclusive o figurino por ela usado era para os festejos, não para o documentário.

O morador Fábio Sarol, um dos organizadores do bloco Cordão do Prata Preta, optou por nos encontrar na Praça da Harmonia, local também de apresentação do bloco. A praça carrega em sua história o momento de luta dos moradores que resistiam à vacinação obrigatória contra a varíola, chamado de Revolta da Vacina, em 1904, durante o governo do prefeito Pereira Passos. O estivador Horácio José da Silva, conhecido como Prata Preta, foi um dos líderes da resistência à vacina no bairro da Saúde.

Na primeira pergunta, em que pedimos aos entrevistados para contar como o Valongo começou a fazer parte de suas vidas, no intuito de suscitar as memórias que guardam sobre o lugar, observamos que os pesquisadores têm em comum o fato de pesquisarem temas que os levaram a estudar sobre a região, até criarem relações muito próximas com as questões que a envolvem atualmente. Os moradores têm em comum o fato de terem se mudado quando ainda crianças para o bairro. A cada um o lugar se apresenta com um porquê diferente, o que vai ditar em suas memórias o que será lembrado e esquecido. E cada qual leva consigo uma

trajetória singular, com significados particulares que serão atribuídos aos espaços frequentados, às paisagens vistas, às pessoas com quem se relacionaram...

Para construir o documentário trabalhamos inicialmente com o roteiro aberto, visto que o conteúdo dependeria do resultado das entrevistas. Geralmente, documentários dramáticos (docudrama) e reflexivos (marcados por encenações paródicas) têm a possibilidade de pré-definir um roteiro (SOARES, 2007), no nosso caso, porém, optamos por organizar um discurso a partir do resultado das entrevistas, por pretendermos contar não apenas a história do Valongo, mas demonstrar como a história e a memória caminham juntas no processo de formação do imaginário e da identidade de uma coletividade.

Cientes da limitação que todo documentário tem em si quando pretende retratar a realidade, nos permitimos fazer recortes e encaixes nas falas dos entrevistados para conseguir uma síntese que trouxesse sentido ao todo. Por mais que, como documentário histórico, queiramos nos distanciar ao máximo da ficção, o limite entre a verdade e a criação, não pode ainda ser claramente definido nesta arte. Chris Marker (Apud GAUTHIER, 2011, p. 13) diz que *“talvez a verdade não seja o objetivo, talvez ela seja o caminho”*. Não queremos aqui justificar as eventuais falhas que o documentário possa ter em mostrar a realidade, mas ressaltar que tivemos nesse projeto a mesma dificuldade (ou impossibilidade) que se coloca a todos os historiadores: obter a verdade. Sabemos que a realidade narrada nunca será como a vivida, que temos sempre que escolher um lado e partir de um ponto inicial. De qualquer forma, a arte do cinema<sup>10</sup> nos permite esse parêntese, podemos aqui utilizar essa construção da realidade em prol de um objetivo.

Por outro lado, por utilizarmos entrevistas com respostas livres para os entrevistados, apresentamos um modelo que se distancia completamente dos filmes de ficção (entendido como “aquilo que não é real”, e baseado principalmente na encenação), pois damos as referências de como os personagens realmente são, tendo sido também os lugares escolhidos por eles. As entrevistas não foram encenadas e o roteiro não foi previamente apresentado aos participantes das entrevistas, que foram realizadas separadamente, excluindo a possibilidade de realizarem pesquisas sobre os assuntos abordados. No entanto, a verdade da fala de cada voluntário coube a cada um deles, e devemos lembrar que *“diante de uma câmera, sempre se está representando um pouco”* (GAUTHIER, 2011, p. 14).

Não utilizamos o recurso de encenação para reconstituir cenas cotidianas, ou seja, não corremos o risco de confundir uma cena de documentário com uma de ficção, não perdendo,

---

<sup>10</sup> *“Tudo o que se mexe sobre uma tela é cinema”* Jean Renoir (Apud GAUTHIER, 2011, p. 11).

portanto, o elo com as imagens do “mundo real”. As cenas mostradas, no cais, na pedra e no cemitério, foram capturadas no cotidiano desses lugares. Na tentativa de quebrar a monotonia dos documentários que se baseiam apenas na composição de entrevistas [*talking heads*, segundo Sérgio Soares (2007)], optamos por haver um narrador, o que nos facilita também o encaixe da explicação sobre o que definimos como “memória”. Além da narração, das entrevistas e de filmagens do Valongo, utilizamos imagens diversas de pintores viajantes (como Debret e Rugendas) e fotografias do início do século XX e recentes do Rio de Janeiro.

Como é comum em documentários, não centralizamos a história na figura de um protagonista. Optamos por utilizar um grupo de personagens, que são nossos quatro entrevistados, mas ainda assim quem protagoniza a história é o lugar estudado: o Valongo e suas transformações.

A partir das entrevistas já realizadas, iniciamos a elaboração do planejamento da montagem, momento em que já tínhamos um material limitado, o que nos possibilitou assumir pleno controle sobre o sentido do filme, momento de articular suas sequências, selecionar as cenas das entrevistas, imagens, filmagens do Valongo e músicas.

A produção do vídeo contou com o trabalho de Paulo Caldas, responsável pela fotografia, sonorização e pós-produção; Lolla Tardem emprestou sua voz e técnica para a narração; e Logan Jarrell ficou responsável pela tradução da legenda para o inglês.

Optamos pela divisão em 5 episódios, cada um com objetivos específicos, o que torna o vídeo mais didático e facilita a manipulação dos conteúdos pelos professores.

O primeiro episódio “Entre história e memória”, conta resumidamente a história da região, intercalando as histórias dos pesquisadores com as dos moradores. Esta parte busca explicar a relação que a história tem com a memória e por que as entendemos como amalgamadas.

No segundo episódio “Construindo memórias”, explicamos o que é memória, e a existência de memórias individuais e coletivas, e sua influência na formação de identidades. Nesta etapa, os moradores e os pesquisadores nos contam como o Valongo começou a fazer parte de suas vidas.

“Lugares de memória” é o episódio que utilizamos para explicar o porquê da existência de patrimônios, e mostramos o que cada entrevistado julga importante de ser preservado naquela região.

Em “Novos olhares em antigos lugares” expomos as principais intervenções feitas no Cais do Valongo e, principalmente, falamos sobre as reformas atuais e o movimento de obras

para as Olimpíadas, mostrando a visão de cada entrevistado sobre essas modernizações e o impacto na vida dos habitantes locais.

O episódio que encerra o vídeo fala sobre “Silêncios e esquecimentos”, onde chamamos atenção para as tentativas de apagamento das memórias da escravidão que o Valongo sofreu, além dos silêncios que percebemos sobre a existência do Sambaqui do Propósito e do sítio de contato entre tupi-guaranis ceramistas e portugueses, do século XVII. Este episódio praticamente não tem fala dos entrevistados, porque esses lugares também não foram comentados por eles ao longo da entrevista.

É perceptível, portanto, que são as entrevistas que deram o norte para o vídeo, e elas foram realizadas a partir das técnicas usadas na metodologia da História Oral.

### 3.1. HISTÓRIA ORAL

O objetivo primeiro deste trabalho é a criação de material para ser usado em sala de aula e disponibilizamos, além do vídeo, as transcrições das entrevistas para que possam também servir de instrumento para trabalhos em sala. Portanto, este trabalho não se propõe uma análise minuciosa, um estudo especificamente voltado para o resultado das entrevistas, com um problema a ser solucionado por elas, como geralmente acontece em trabalhos que utilizam a metodologia da História Oral. Dito de outra forma, embora tenhamos nos amparado nas técnicas que a metodologia da História Oral utiliza, cada entrevistado nos concedeu apenas uma entrevista, o que foi suficiente para o documentário, mas não para uma pesquisa que tenha como foco o uso desta metodologia. Como já dito, realizamos a entrevista baseada em um questionário comum a todos os entrevistados, de forma a fornecer material comparativo para futuras atividades em sala de aula. Ou seja, caso as entrevistas motivem trabalhos posteriores, novas pesquisas e entrevistas devem ser realizadas, tendo em vista seus objetivos específicos.

Não podemos negligenciar o fato de que as entrevistas realizadas cumpriram um papel fundamental neste trabalho, elas foram o elo entre o saber popular e o acadêmico. Elas serviram para nos evidenciar o quanto um se alimenta do outro. E foi justamente essa relação entre a história dos especialistas e a história contada por quem vive no cotidiano do Valongo que buscamos mostrar no vídeo, e para isso foi imprescindível o uso da História Oral. Também nos serviu para mostrar a relação que a história estabelece com a memória em

diferentes instâncias: quando, por exemplo, a Tia Lúcia nos fala sobre os blocos de carnaval e da vida cotidiana no bairro comparando os dias atuais com a vida de “antigamente”, e o historiador Cláudio Honorato recorda o surgimento do samba, da capoeira, fala sobre a casa da Tia Ciata – justamente porque são estes os elementos que vão se refletir na vida do bairro hoje, principalmente após o movimento de resgate da memória da herança afro-brasileira naquela região.

Ainda no sentido de estudar sobre as memórias, a História Oral se coloca como aliada quando o objetivo é mostrar os diferentes atores geradores de mudança na História, quando se busca dar enfoques diferentes para uma determinada história, isso porque a entendemos como uma *“prática que recupera histórias não conhecidas e capacita as pessoas a fazer suas próprias histórias”* (THOMSON, FRISCH E HAMILTON In: AMADO & FERREIRA, 2006, p. 66), daí a ideia de que a História Oral seria um dos caminhos para uma democratização da História.

A crença de que a memória não era confiável o suficiente para ser utilizada como fonte histórica já foi superada. Porém, devemos nos atentar para o fato de que esta fonte tem suas peculiaridades, exatamente porque *“o processo de lembrar [pode] ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual”* (AMADO & FERREIRA, 2006, p. 67). As memórias acionadas no momento da entrevista sofrem interferência – além do processo natural de lembrar e esquecer e da formulação de um continuum que favoreça a narrativa da história – das perguntas apresentadas pelo entrevistador, da própria presença do entrevistador e de influências externas no momento em que se realiza a entrevista.

Antes de selecionarmos quem seriam os entrevistados, delimitamos a quantidade de participantes desse projeto. Para ter um material razoavelmente consistente para realizar comparações, e termos a possibilidade de trabalhar com amostragem, optamos por entrevistar dois moradores e dois pesquisadores envolvidos com pesquisas sobre a região do Valongo. Os moradores nos trariam a ligação com a memória, com uma visão afetiva sobre o local, enquanto os pesquisadores revelariam a história a partir de estudos com métodos acadêmicos. O primeiro entrevistado selecionado foi o Cláudio Honorato, historiador e pesquisador do IPN, por ter claramente um envolvimento com a região, realizando diversos trabalhos, e por se mostrar disponível. Em seguida, contatamos o antropólogo Milton Guran, coordenador do dossiê de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio da humanidade pela UNESCO, que também aceitou o convite de participar, como forma de retribuir à sociedade brasileira o

conhecimento que adquiriu por meio de estudos e pesquisas financiadas pelo governo ao longo de sua vida, conforme nos explicou o pesquisador.

O primeiro contato com a Tia Lúcia foi no Memorial dos Pretos Novos, e lá ela se mostrou interessada em participar das filmagens. Sabíamos que a Tia Lúcia era moradora há muitos anos no bairro, também pela sua referência no próprio Memorial, no espaço de exposição permanente. Com as câmeras já desligadas, a Tia Lúcia comenta um pouco mais de sua história e diz ser filha de pai africano e que ela própria fala o idioma iorubá. O morador Fábio Sarol também se mostrou disponível para a entrevista, com flexibilidade de horário, o que muito nos ajudou.

Elaboramos um questionário com perguntas genéricas, buscando influenciar o mínimo possível as respostas dos participantes. Mesmo que abranja um pouco da história de vida dos moradores em determinados momentos, nossa entrevista é temática, pois se preocupa exclusivamente com as histórias e memórias relacionadas ao Valongo.

### 3.2. O VÍDEO EM SALA

Embora o mundo tecnológico esteja em um processo (que parece incessante) de renovação, quando novas tecnologias surgem de tempos em tempos e rapidamente se massificam, a escola brasileira manteve-se quase inalterada, resistindo ao máximo à incorporação dos novos meios de comunicação às suas atividades cotidianas.

O vídeo é um dos instrumentos mais facilmente utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, que não possuem muito recurso para investimento em novas tecnologias, ou simplesmente não o utiliza para este fim. A questão que se coloca é como as escolas utilizam este recurso.

*“Quando a escola, entendida como ecossistema, conscientizou-se da ameaça que representava para o professor a incorporação das modernas tecnologias audiovisuais, optou pela sujeição: os audiovisuais convertidos em auxiliares. Assim se revertia a situação. A ameaça se transforma em reforço. O audiovisual já não serve para questionar os procedimentos tradicionais, mas para os reforçar, tornando possível sua sobrevivência.” (FERRÉS, 1995, P. 32)*

Visto dessa forma, o vídeo seria utilizado como suporte para a tradicional aula expositiva, que continuaria sem uma participação efetiva dos alunos. Tudo isto em razão do medo da perda de função. A verdade que é difícil de ser enfrentada por grande parte dos docentes é que o professor não é mais o (único) detentor do saber, mas cumpre uma função ainda não substituível, por isso Ferrés (1995, p. 34) entende que

*“o vídeo não somente não é um concorrente, mas, pelo contrário, pode se converter em um excelente aliado. O vídeo pode liberar o professor das tarefas menos nobres, permitindo-lhe ser, antes de tudo, pedagogo e educador. As tarefas mais mecânicas, como difusor de conhecimentos ou mero transmissor de informações, foram confiadas às novas tecnologias (sobretudo ao vídeo e ao computador), reservando-se ao professor as tarefas mais especificamente humanas: motivar condutas, orientar o trabalho dos alunos, resolver suas dúvidas, atendê-las segundo o nível individual de aprendizagem. Nessas tarefas o professor é insubstituível. Nas demais, as máquinas podem fazer muito melhor que ele. O professor já não é o homem sábio, o depositário da sabedoria. As máquinas sabem mais que ele.”*

Tanto as máquinas sabem mais que o professor que oferecem um conteúdo imenso sem distinguir o que pode ser utilizado ou não para determinada área do conhecimento, o conteúdo disponível tem se ampliado tão rápido quanto a velocidade da informação nos dias de hoje. Parece consenso que não é de quantidade que nossos alunos carecem, mas da qualidade da informação e do entendimento, da capacidade de analisar, criticar e questionar as informações recebidas. Neste ponto é que o professor exerce uma função fundamental para o desenvolvimento dos alunos.

Na produção do nosso vídeo, optamos por travar um diálogo entre história e memória, mostrando que a construção de uma se faz com auxílio da outra. Temos como pano de fundo a história da escravidão moderna, que deve ser aprofundada em aulas que precedem a exibição do documentário. Também sugerimos que sejam criadas atividades para trabalhar o conteúdo do vídeo – que podem envolver comparação entre as falas, mostrando diferentes pontos de vista sobre a relação que cada um tem com o Valongo, sobre a história do lugar, sobre o que cada um julga importante de se preservar e sobre o impacto que as obras para as Olimpíadas de 2016 têm sobre o bairro. Lembramos que também para a exibição deste documentário o papel do professor é crucial para a elaboração das atividades e para estimular questionamentos sobre o vídeo.

### 3.2.1. OLHARES SOBRE O VALONGO EM SALA DE AULA

São muitas as possibilidades de se trabalhar com o nosso documentário em sala de aula, e os professores não apenas podem como devem se apropriar do material e utilizá-lo de acordo com a realidade de suas turmas. Deixamos, porém, algumas sugestões para utilização deste material.

Para aqueles que podem e querem trabalhar com todo o vídeo, há dois temas que podem ser trabalhados: patrimônio e história da escravidão africana no Brasil. Para isso, deve-se elucidar algumas questões aos alunos. O que é um patrimônio? Por que ele existe? Como se tornou um patrimônio? Que tipos de patrimônios existem? Por que devemos lembrar e estudar a escravidão? Seria interessante o professor levar imagens de patrimônios materiais e imateriais, que ilustrem as heranças portuguesa, africanas e indígenas, em seguida, o professor pode estimular um debate na turma sobre as coisas que eles conhecem e que poderiam ser patrimonializadas, ressaltando que grupos essas coisas representam.

O documentário também permite a utilização dos episódios isoladamente. No caso do primeiro, “Entre História e Memória”, pode-se fazer uma atividade sobre a relação da História com a memória, ressaltando as nuances de cada uma: pedir para que entrevistem moradores (ou os próprios alunos de outra turma) ao redor da escola sobre as memórias que têm em relação àquela escola; depois, podem pesquisar sobre a história da instituição na própria escola, entrevistando professores e funcionários, além de consultar a documentação com auxílio do professor, caso a escola permita.

O segundo episódio, “Construindo Memórias”, permite trabalhar sobre as diferentes identidades que uma pessoa pode ter, entre individuais e coletivas. O professor pode pedir aos alunos que relatem pessoas e lugares que fazem parte da sua história ao responderem à pergunta “quem é você?”. Esta atividade também pode ser feita em dupla, cada aluno respondendo quem é ele e quem é o colega, para depois confrontar as informações e levar a turma a perceber a diferença entre o que cada um percebe sobre si e como ele pode ser visto pelo olhar do outro.

“Lugares de Memória” é o episódio que permite refletir sobre o porquê da existência de patrimônios. Numa primeira etapa do trabalho, os alunos podem fotografar pela cidade os patrimônios existentes, e em seguida, fotografar alguns “lugares de memória”, que eles acreditam que poderiam ser patrimônios algum dia. A segunda etapa seria a criação de um blog ou uma página no *facebook* onde cada aluno postaria suas imagens com a justificativa

para a escolha do possível patrimônio. Pode também ser feita uma exposição das imagens na escola.

Em “Novos Olhares em antigos lugares” pode-se trabalhar o impacto que o alto investimento numa região pode ter na vida dos moradores, tendo aqui a possibilidade de aprofundar o conceito de gentrificação. Pedir para a turma elaborar um plano que o governo poderia aplicar para que a população local permanecesse em seu bairro e melhorasse sua qualidade de vida.

Para trabalhar o episódio “Silêncios e Esquecimentos”, o professor pode pedir à turma que liste as razões para lembrar da escravidão no Brasil, apesar de ser uma época triste. A turma pode ser dividida em grupo, e cada grupo ficaria encarregado de pesquisar e apresentar elementos herdados dos africanos, como a capoeira, o jongo, o samba, comidas, influência no idioma, tecnologias (à época da escravidão), etc.

#### 4. ENSINO DE HISTÓRIA

A ideia de ensinar sobre a memória entra especificamente em um contexto em que se refuta o estudo da História pelo método da memorização. Talvez por alguns professores ainda utilizarem este método, muitos alunos continuam verbalizando nas salas de aula que a história é “decoreba”<sup>11</sup>. Além do legado que os professores podem ter deixado, outra hipótese para que esse pensamento ainda se perpetue em sala de aula são as lições que esses alunos receberam de seus pais, que estudaram História através do método da memorização e os ensinam dessa maneira<sup>12</sup>. Uma outra possibilidade para essa crença escolar sobre o estudo de História, é o excesso de conteúdos com que os professores têm de trabalhar, e com uma carga horária cada vez mais enxuta. Isso provavelmente traz aos alunos a ideia de que tudo deve ser decorado para que alcancem o objetivo final: conseguir nota. Dessa forma, o excesso de conteúdo e a maneira com que ele é apresentado faz uma certa confusão sobre qual é o real sentido do estudo da História. Mas, qual é o sentido de se estudar História?

Acreditamos que os conteúdos deveriam ser utilizados de forma a preparar os alunos para fazer comparações, análises e críticas; para que compreendessem a existência de diferentes temporalidades; percebessem a existência de diferentes culturas em uma mesma temporalidade ou em diversas, buscando naturalizar o convívio com as diferenças. Ao estudar a história de uma coletividade, também permite-se ao aluno o aprofundamento de sua identidade cultural e individual (FELGUEIRAS, 1994), um autoconhecimento a partir do contato com o outro. Por isso, Circe Bittencourt (2011, p. 121), diz que “*um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades*”. Essa intervenção que a História ensinada exerce sobre a formação de identidades dos alunos é também defendida por Ana Paula Soares (2014, p. 111) quando diz que nós, professores de História, “*ocupamos um espaço central na formação de posições de sujeito no mundo. Negociamos sentidos que irão constituir, qualificar, minimizar ou transformar marcas de identidades sociais naqueles com os quais trabalhamos nas salas de aula*”.

Felgueiras defende que as metodologias utilizadas pelos historiadores para a pesquisa, análise e escrita da História, devam ser readaptadas para o ensino de História nas escolas. Circe Bittencourt (2011, p. 122) corrobora com essa ideia, pois defende que a História,

---

<sup>11</sup> Dado empírico construído a partir do exercício da docência na Educação Básica.

<sup>12</sup> Justificativa dos próprios alunos quando questionados porque pensam dessa forma.

enquanto disciplina escolar, objetiva mais que a formação de um cidadão, mas a formação intelectual dos alunos, e defende que essa formação

*“pelo ensino da disciplina ocorre por intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um ‘pensamento crítico’, o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre presente-passado-presente, fazer comparação e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado.”*

Dentro dessa linha de pensamento que Flávia Caimi (2009, p. 73) reconhece a importância de prestigiar a memória coletiva e individual nos processos de ensino-aprendizagem de História como ponto inicial para a construção do pensamento histórico, entendendo que na memória

*“se constitui a base de conhecimentos prévios dos estudantes, [por isso,] o ensino de história deve ter como parte de suas preocupações a administração de suas recordações, relatos e transmissões do passado, auxiliando os alunos a desenvolverem habilidades de pensamento e instrumentos para evitar naturalizações do passado e a mera recepção das tradições herdadas”.*

Caimi afirma que aprender História utilizando as ferramentas de pesquisa do historiador não tem como objetivo profissionalizar os estudantes, mas ajudá-los a compreender conceitos e metodologias que são imprescindíveis ao conhecimento histórico. A autora defende ainda que dessa forma estaria se formando um *“estudante ativo”* (CAIMI, 2009, p. 79), o que contribuiria para prepará-lo para reflexão, análise, dúvida e valorização dos argumentos, e não um aluno receptor e acumulador de conteúdos, que tão logo serão esquecidos.

Para adaptar as metodologias dos historiadores à sala de aula, como sugere Felgueiras, propomos que seja bem delimitado o que é a memória e como a História lida com a memória no processo de construção do conhecimento. Circe Bittencourt (2011) lista, resumidamente, as distinções entre uma e outra, e destaca, na memória social, seu caráter seletivo, as omissões, e as relações que cada indivíduo (e cada coletividade) tem com o passado, que podem variar de acordo com sexo, idade, origem, etc. Enquanto a História lida com a *“acumulação da memória”*, com a reordenação do passado, periodizando-o, *“confronta as memórias individuais e sociais com outros documentos”*, e *“situa os testemunhos orais no tempo e no espaço e o ‘lugar’ de onde ‘falam’”* (BITTENCOURT, 2011, p. 170)

Para o estímulo desse espírito crítico e autônomo que se deseja alcançar nos alunos, este trabalho busca não apenas reconhecer a importância de se considerar a memória dos próprios alunos antes do desenvolvimento dos conteúdos. Queremos aqui colocar a memória como instrumento de análise, como o próprio conteúdo a ser estudado. No entanto, não é esperado que os alunos cogitem sobre memória ao nível e interesse dos historiadores, mas que o assunto seja iniciado em uma discussão e trabalhado em atividades em sala, para que percebam a existência dessa “força” coletiva que tanto influencia os diferentes grupos sociais e a eles próprios.

#### 4.1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Por ser a memória uma forma de constituir identidades, e o patrimônio, uma forma de expressão e preservação da memória, acreditamos que sensibilizar os alunos sobre a pluralidade de patrimônios e a diversidade de suas possíveis representações seja um instrumento útil nesse processo de educar para a escola, para a sociedade e para a vida.

No Brasil, a Educação Patrimonial começa a ser oficialmente aplicada a partir de 1983, no 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado na cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, no Museu Imperial. Antes disso, apesar de existirem estratégias educacionais em museus, ainda não tinham sido nomeadas dessa forma. Assim como o conceito de patrimônio ganhou ao longo dos anos novas definições, a Educação Patrimonial também vai ser abrangida nesse contexto. Se hoje entendemos patrimônio de forma abrangente, como os imateriais e até mesmo os materiais antes desconsiderados – aqueles pertinentes às memórias das minorias e também o meio ambiente –, a educação patrimonial passa igualmente a englobar um público mais amplo, e sua aplicação não se limita às ações educativas em museus.

Horta (s.d.) alega que partir da década de 1980, a educação patrimonial começa a ser difundida entre profissionais da educação, aumentando a demanda por bibliografia sobre o tema, o que leva o IPHAN a publicar em 1999 o “Guia Básico da Educação Patrimonial” (HORTA *et al*, 2006), que, inspirado em Paulo Freire (SILVEIRA; BEZERRA, 2007), defende que

*“A Educação Patrimonial é um instrumento de **“alfabetização cultural”** que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da*

*trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização de sua cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.”* (HORTA, 2006, p. 6. Grifo nosso)

É justamente esta referência à “alfabetização cultural” que expressa a concepção “freiriana” (BUSTAMANTE, 2016, p. 6) de Maria de Lourdes Horta no Guia, e, por isso, Silveira e Bezerra dizem que “*os germes da chamada Educação Patrimonial já se encontravam presentes em ações educativas no Brasil*” (p. 83), visto que a relação entre cultura e educação já eram alvo de estudo no país desde antes da publicação do Guia e sua recomendação pelo IPHAN.

Fábio Cerqueira (2005) critica o uso do termo “alfabetização cultural” pelo Estado (visto que o Guia é promovido pelo poder público), pois pressupõe que exista um analfabeto cultural. A crítica surge da compreensão antropológica do que seria a cultura:

*“[...] cultura é, precisamente, a interpretação que um grupo faz, por meio de uma rede simbólica, do mundo circundante, interpretação que se manifesta em expressões materiais e imateriais e que transita entre as criações humanas e as relações do homem com o meio natural circundante”* (p. 98).

Ora, se cultura é a interpretação de uma coletividade do mundo à sua volta, naturalmente não seria possível a existência de um indivíduo que, integrado a um grupo social, não tenha aprendido a interpretar o mundo à sua maneira. Cerqueira acredita que, vista dessa forma, a educação patrimonial serviria para reforçar a dominação social de determinados grupos e, por isso, defende que o uso da expressão “sensibilização para o patrimônio” seria mais adequado quando o que se pretende é ampliar o entendimento dos alunos sobre a diversidade cultural.

A ideia da sensibilização também é defendida pelos antropólogos Silveira e Bezerra (2007, p. 87-88), que criticam a perspectiva conscientizadora defendida por Maria de Lourdes Horta e inspirada nas obras de Paulo Freire. Ou seja, nesse processo de sensibilização o olhar “do Outro” deve ser considerado “*a fim de que os mesmos reflitam acerca do valor que sua cultura (atual ou ancestral) apresenta para contextos culturais mais amplos, num sentido nacional e transnacional.*”. Os antropólogos apontam para o fato de que o cerne do problema está em ignorar o que estes grupos anseiam sobre o destino de seus patrimônios.

Identificamos este problema na entrevista que realizamos com o morador do Valongo, Fábio Sarol. O morador ressalta pontos positivos e negativos nas obras que estão em curso em seu bairro, mas quando questionado sobre a preservação de coisas na região ele expressa insatisfação com a falta de diálogo do poder público com os moradores, o que o leva a se perguntar se pretendem realmente preservar seus patrimônios (o que eles acreditam ser seu patrimônio, sua cultura), ou se a intenção é embelezar e preservar qualquer outra coisa para agrado dos turistas. Dentro desta perspectiva, Silveira e Bezerra (2007, p. 88) acreditam que

*“As pessoas ‘vivem o lugar’ onde os mesmos existem como parte do cenário de suas paisagens de pertença, independente do que pensam os profissionais do campo do patrimônio, que, igualmente, têm tido dificuldade em ouvir outras áreas do conhecimento a quem o patrimônio também interessa.”*

No caso do Valongo, vemos uma complexa relação entre o que representa aquele espaço na dimensão local e na global. Em primeiro lugar, não se pode ignorar a existência de pessoas que lá vivem e cujas vidas serão afetadas pelas mudanças atuais. Por outro lado, devemos levar em consideração que o simbolismo daquele espaço está relacionado a uma história que é mundial, não apenas local. É na dimensão global que este trabalho se ampara, mas buscando não negligenciar seu caráter local: ele surge como uma proposta de abordagem do tema da escravidão moderna, levando em consideração o patrimônio produzido à época, passando pelo impacto que a intervenção do poder público gera na vida dos moradores, e demonstrando que o que os estudiosos buscam preservar não é especificamente o que os moradores priorizariam.

Trabalhamos com memórias, patrimônios e educação, que são campos de conflito, como Mário Chagas (2006) ressalta:

*“arena política, territórios em litígio, lugares onde se disputa o passado, o presente e o futuro. Para além de todas as diferenciações, resta a execução de uma música para a dança e, mais ainda, resta o reconhecimento de que o museu, o patrimônio e a educação configuram campos de tensão e de intenção”* (p. 3-4)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de um documentário cujo público-alvo são alunos do Ensino Médio, foi sem dúvida um grande desafio, mas que, por trás das dificuldades encontradas, tinha uma grande motivação: mostrar que o trabalho de um professor não precisa se limitar ao livro didático, podemos ir muito além!

A ideia para este trabalho surgiu a partir de um questionamento: de que forma o Valongo, enquanto lugar de memória do tráfico atlântico e potencial patrimônio da humanidade, pode contribuir para o ensino de História? Não pretendemos encerrar essa pergunta com uma resposta única, mas, a partir dos estudos realizados, nos parece evidente que tudo o que atinge o *status* de patrimônio tem significado para algum grupo social, por isso, todo patrimônio tem em si um potencial educativo enorme à medida que expressa algo memorável. Observando que quando selecionamos algo para lembrar, inevitavelmente excluimos o resto, que passa a ser “esquecível”. Portanto, a simples existência de algo que seja considerado patrimônio vemos como motivo para instigar questionamentos, trabalhos e pesquisas em sala de aula.

O conceito de memória coletiva é trabalhado no vídeo como elemento constituído por meio da interação social e como propulsor de memórias que irão embasar pesquisas historiográficas, de forma a demonstrar que ninguém está imune à formação de memórias, voluntárias ou não. Visando a preservação de memórias, a sociedade patrimonializa determinadas coisas que podem ser vistas como representativas de culturas e povos específicos. Dessa forma, também entendemos o patrimônio como elemento de disputa e tensão entre diferentes grupos sociais.

Os patrimônios estão inseridos no universo dos nossos alunos, estão nas cidades, nos bairros, nos festejos e encontros de diversos grupos, nas comidas, nas paisagens... Trabalhar patrimônios já conhecidos pelos alunos tem a vantagem de atribuir significado a algo familiar. No caso do Valongo, a aproximação pode ser feita por meio da História: a História da escravidão africana deixou marcas em todo o território nacional e, certamente, faz parte da nossa memória coletiva.

O vídeo, apesar de ter um público-alvo específico, foi pensado de forma a incluir outros grupos e indivíduos, podendo ser inserido na *internet* e disponibilizado para quem tenha interesse sobre os patrimônios localizados no Valongo.

Por fim, esperamos que o documentário possa ter ampla aplicação, tanto no âmbito escolar quanto em outros setores sociais, pois o patrimônio é sem dúvida uma forma de educar a sociedade como um todo, principalmente quando pretende sensibilizar para a existência de culturas múltiplas e diversas, auxiliando na formação de cidadãos conscientes de si e do “Outro”.

## BIBLIOGRAFIA

ABRALIC - Internacionalização do Regional, 8 a 12 de Julho de 2013, Campina Brande, PB. Disponível em <http://anais.abralic.org.br/resumo.php?idtrabalho=297>.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGOSTINI, Camilla. “*As coisas estão no mundo só que eu preciso aprender*”: os sentidos da cultura material na escravidão e seu legado. Palestra conferida no Instituto dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, 25 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.academia.edu/8818561/As\\_coisas\\_est%C3%A3o\\_no\\_mundo\\_s%C3%B3\\_que\\_e\\_u\\_preciso\\_aprender\\_os\\_sentidos\\_da\\_cultura\\_material\\_na\\_escravid%C3%A3o\\_e\\_seu\\_legado](http://www.academia.edu/8818561/As_coisas_est%C3%A3o_no_mundo_s%C3%B3_que_e_u_preciso_aprender_os_sentidos_da_cultura_material_na_escravid%C3%A3o_e_seu_legado). Acesso em 04/08/2016.

ALBERTI, Verena. “Algumas estratégias para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras”. In PEREIRA, Amílcar Araujo & MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

\_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadoras). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *A*

*escrita da história escolar – memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 65-79.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CATROGA, Fernando. *Memória, história, historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERQUEIRA, F. V. *Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável*. DIÁLOGOS: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UEM 9 (1): 91-109, 2005.

CHAGAS, M. *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*. PATRIMÔNIO: Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê Educação Patrimonial (3): 1-7, jan./fev. 2006. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 22/08/2016.

DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. *Historiographies II – Concept et débats*. Gallimard, 2010.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. *Pensar a História: repensar o seu ensino*. Porto, PT: Porto Editora, 1994.

FERRAZ, Eucanaã. *O Tombamento de um Marco da Africanidade Carioca: a Pedra do Sal*. Revista do IPHAN, 1997, nº 25, p. 335-339.

FERRÉS, Joan. *Vídeo e Educação*. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao Interior do Brasil*. Vol. 57. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1982.

GAUTHIER, Guy. *O documentário: um outro cinema*. Campinas, SP: Papirus, 2011.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África: narrativas de passado e formas de habitar na Zona Portuária. In.: GONÇALVES, José

Reginaldo S.; GUIMARÃES, Roberta S.; BITAR, Nina P. (Orgs.). *A Alma das Coisas – patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013, p. 47-78.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. Edições Vértice, 1990.

HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, MG, vol. 22, nº 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>.

HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo: o Mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFF, 2008, 166 f.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. 3 ed. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006.

\_\_\_\_\_. *O que é a educação patrimonial*. Disponível em [https://www.academia.edu/11935219/O\\_que\\_%C3%A9\\_a\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Patrimonial](https://www.academia.edu/11935219/O_que_%C3%A9_a_Educa%C3%A7%C3%A3o_Patrimonial). Acesso em 19/08/2016.

JORDÃO, Rogério Pacheco. O antigo mercado do Valongo no Rio de Janeiro como lugar de memória, a Cruz Bacongo e as leituras da História. In: *XIII Congresso Internacional da ABRALIC - Internacionalização do Regional*, 8 a 12 de Julho de 2013, Campina Grande, PB. Disponível em <http://anais.abralic.org.br/resumo.php?idtrabalho=297>. Acesso em 10/12/2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, Humberto Fernandes. Progresso e Civilização: as contradições do espaço urbano no Rio de Janeiro. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da XXIV Reunião*. Curitiba: SBPH, 2005, p. 63-68.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: Projeto História, n. 10, dez. 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Editora Garamond, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, nº 10. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora CPDOC/FGV, vol. 2, nº 3, 1989.

SIGAUD, Márcia Frota; PINHO, Cláudia Maria Madureira. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante/PCRJ, 2000.

SILVEIRA, F. L. A. da; BEZERRA, M. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (Org.) *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 81-97.

SOARES, Sérgio J. Puccini. *Documentário e roteiro de cinema: da pré-produção à pós-produção*. Campinas: UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado em Multimeios) - Programa de pós-graduação em Multimeios do Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, 236 f.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. *O Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. Mestrado Acadêmico em Arqueologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, 207 f.

VALADÃO, Regina Coeli Mendes. *Tradição e criação, memória e patrimônio: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro*. Mestrado Acadêmico em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO. Rio de Janeiro, 2012, 120 f.

## **ENTREVISTAS**

GURAN, Milton. Olhares sobre o Valongo: a história e a memória em torno do patrimônio. Rio de Janeiro, 23 abr. 2016. Entrevista a Ana Luiza Ribeiro Garcia.

HONORATO, Cláudio de Paula. Olhares sobre o Valongo: a história e a memória em torno do patrimônio. Rio de Janeiro, 16 abr 2016. Entrevista a Ana Luiza Ribeiro Garcia.

LEAL, Fábio (Sarol) Pereira. Olhares sobre o Valongo: a história e a memória em torno do patrimônio. Rio de Janeiro, 22 mai. 2016. Entrevista a Ana Luiza Ribeiro Garcia.

SANTOS. Lúcia Maria dos. Olhares sobre o Valongo: a história e a memória em torno do patrimônio. Rio de Janeiro, 23 abr. 2016. Entrevista a Ana Luiza Ribeiro Garcia.

## ANEXOS

### ENTREVISTA 1 – CLÁUDIO DE PAULA HONORATO (Historiador e pesquisador do IPN)

**Entrevista concedida no Instituto dos Pretos Novos (IPN), 16/04/2016.**

PERGUNTA: DE QUE FORMA O VALONGO COMEÇOU A FAZER PARTE DA SUA VIDA?

RESPOSTA:

Então, como estava dizendo, começa na graduação. Embora o tema da escravidão já fizesse parte do meu dia a dia, já havia o interesse em pesquisar a escravidão, mas não sabia o que pesquisar. Aí, a partir de um trabalho de campo com a professora Marilene Rosa, da UERJ, na pesquisa dela, no projeto de pesquisa que ela tinha pra esta região, que é “As Áfricas Invisíveis e os herdeiros do ganho na Primeira República” e aí a gente começa a fazer essa pesquisa que envolvia, não só o mercado de escravos, mas envolvia os sindicatos da estiva, envolvia o sindicato dos homens pretos, envolvia toda essa história, toda essa memória que envolvia a zona portuária e a gente começa a fazer esse trabalho. E aí me interessou conhecer um pouco melhor o Valongo e comecei a ler né, aí fui buscar o que que tinha sido escrito sobre o Valongo. Aí encontrei lá o trabalho da (inaudível) que falava do Valongo, a própria Marilene (Rosa) tinha um livro “O negro na rua”, que falava sobre o Valongo, o Robert Conrad, o Jaime Rodrigues, eram esses autores que falavam sobre o Valongo, mas percebi que havia a necessidade de ampliar a pesquisa porque havia algumas lacunas, por exemplo, eu não entendia como é que o Valongo existia, porque ele não tinha surgido do nada, ele tinha que ter uma origem e esses textos não falavam disso, esses textos já começavam dizendo que o mercado do valongo era no lugar tal e muitos, inclusive, confundiam o mercado do Valongo como se fosse a Rua Camerino, a Rua Camerino não é o mercado do Valongo, a Rua Camerino é uma extensão do mercado. O mercado do Valongo é o que a gente entendia como bairro da Saúde, toda essa região, da Pedra do sal até a Gamboa, que era o bairro da Saúde antigamente, porque não existia bairro da Gamboa, existia só a praia da Gamboa. Isso aqui é a Saúde, indo até o túnel da central, depois era Santo Cristo, não existia “bairro da Gamboa”. Então entender toda essa Geografia foi necessário fazer uma pesquisa, não só alguns historiadores, mas os geógrafos que trabalhavam nessa região, muitos autores, uma pesquisa que dialoga também com a antropologia, com a sociologia...

Então eu comecei a buscar na documentação, eu percebi que essa problemática ela começa já em meados do século XVIII, muito antes do que os autores falavam. Meados do século XVIII, mais precisamente 1758, a Câmara já vai tentar transferir o mercado de escravos que funcionava na Rua Direita, na região da praça XV, para a região do Valongo, então há uma resistência muito grande dos negociantes, e uma queda de braços entre a Câmara e os negociantes, e que só vai ser resolvida com a chegada do Marquês do Lavradio. Então em 1774, o Marquês do Lavradio vai determinar que todos os comerciantes e aqueles que desejarem comprar escravos, que viessem pra região do Valongo. E os escravos só saíam daqui pra serem despachados diretamente pras suas capitânicas, pro interior, como por exemplo, Minas Gerais. Era proibido circular com esses escravos nas cidades. Claro e evidente que essa determinação não foi seguida à risca, porque a gente vê nas imagens de Debret e Rugendas e outros o quanto esse negro está circulando pelas cidades.

Então, mais ou menos assim que eu cheguei ao Valongo, que conheci o Valongo e comecei a pesquisar o Valongo.

PERGUNTA 2: VOCÊ PODE ME CONTAR UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DO VALONGO?

RESPOSTA:

Então o Valongo é isso. O Valongo é um mercado que vai ser construído já em meados do século XVI, mas o bairro Valongo já existia, porque o que é que é o Valongo? O Valongo é o vale longo, é um grande vale. Mas um grande vale como? É uma rua comprida e sinuosa como falam os viajantes? É, mas o que precisa entender é que é um vale entre dois morros, quase que um *canyon*. Então por isso que a Rua Camerino, que é um vale pequeno é o valonguinho, e aqui entre a Rua Pedro Ernesto que se chamava Caminho do Cemitério, antes Caminho da Gamboa e que depois vira Caminho do Cemitério, é o Valongo, porque é o grande vale entre o morro do Livramento e o morro da Saúde. Então, esse é o Valongo. E ao longo dessa grande rua que hoje chama Sacadura Cabral, que chamava Rua da Praia do Valongo vão se construir as casas de compra e venda na encosta dos morros da Saúde, do Livramento e Conceição. E indo em direção à Rua Camerino também vão se construir as casas de compra e venda de escravos. Aqui atrás, em 1808, quando a família real chega, vai se construir o Lazareto da Gamboa e antes a quarentena feita da Ilha do Bom Jesus, mas também há indícios de que outras ilhas recebiam escravos em quarentena, como a Ilha das Inchadas, a Ilha de Boa Viagem, lá também porque os escravos já passavam por lá. Lá também havia um Lazareto. Então o que que a gente percebe? Que vai se construir todo um complexo comercial em torno do tráfico de escravos, porque você tem o cais onde esses escravos vão entrar, embora nem todos entrassem pelo cais, porque o cais vai ser posterior, o cais vai ser a partir de 1811 e esses escravos estão chegando aqui muito antes disso. Então eles desciam na praia, depois vão descer no cais, mas nem todos vão descer no cais, vão descer em vários lugares dessa praia, a documentação nos aponta pra isso. E o Valongo acaba se tornando o maior mercado de escravos do mundo. Não existe nada mais representativo do que o Valongo do lado de cá do Atlântico. Por isso, hoje o Cais do Valongo é candidato a patrimônio da humanidade. Ele representa isso não porque é um Cais na Gamboa, na Gamboa não, na região portuária do Rio de Janeiro, mas porque ninguém representa toda essa cultura africana e afrodescendente na diáspora, porque não existe nada maior. O tráfico atlântico para o Rio de Janeiro é a maior rota do mundo, a segunda rota é a rota do Saara, pra cá, em meados do século XX, do século XX não, do século XIX, você vai ter na década de 20 uma média de 20 mil escravos anuais, quando se aproxima da década de 30 você tem chegando 30 mil escravos anuais, 35 até 40 mil escravos anuais. Ao passo que a rota do Saara é em torno de 14 mil escravos anuais, que é a segunda rota. Então esse é o maior mercado de escravos do mundo, não só das Américas, por isso a importância. E esses escravos, que aqui desembarcam, eles vão alimentar com braços as lavouras cafeeiras, eles vão pra cana de açúcar, vão pra mineração, vão pra trabalhos urbanos em diversas atividades, ou seja, a escravidão vai estar em todas as atividades no Brasil, porque o Brasil é um país escravista, um país escravista que dependia exclusivamente da mão de obra africana.

Esses números estão na documentação, na documentação da Alfândega, na documentação que está no Itamaraty, nos bancos de dados como por exemplo nos *madetrade databases*, você faz o levant... que é um dos maiores bancos de dados que a gente tem sobre os navios, sobre as viagens, são mais de 35 mil viagens que estão quantificadas. Então você tem o levantamento desses números por lá. E a documentação da Alfândega. E isso já mais

cristalizado também nessa historiografia sobre o tráfico, sobre a escravidão. São números que ainda não estão fechados, essa é a questão. Ainda muita coisa está sendo pesquisada, muita coisa está sendo levantada.

PERGUNTA 3. COMO VOCÊ VÊ A REGIÃO PORTUÁRIA? HOUVE TRANSFORMAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS?

RESPOSTA:

A região portuária ela vai ser uma região que, ao longo do XX, a partir da década de 20 do século XX, ela vai ser muito abandonada. Ela vai ser deixada à sua própria sorte. Porque a imprensa, no início do século XX, falava muito mal dessa região, que era uma região de valentões, por causa dos capoeiras, é uma região de bandoleiros, de malfeitores. E as políticas... a forma como a cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu, embora com o desenvolvimento do porto, mas o porto é construído em cima de um aterro e que de fato vai afastar os bairros portuários dessa industrialização do porto. Então o processo de desenvolvimento aqui foi pontual, ele foi diferente do centro da cidade, onde se demoliu os casarões, onde construiu prédios novos, abriram-se ruas... Aqui não, aqui o casarão se cristalizou, e aí se tornou eminentemente um bairro comercial e um bairro residencial, de uma população altamente pobre, uma população descendente de africanos escravizados, uma população nordestina que chega depois com a migração, e de outros estados do Brasil, como São Paulo, Espírito Santo, Campos dos Goytacazes. Então vai formando essa população na zona portuária.

Esse processo de desenvolvimento foi muito lento e há uma tomada de consciência dessa população em relação a essa realidade, no finalzinho da década de 70, que se procura, a partir das associações de moradores, buscar melhorias, melhores condições de vida, pra esta região. E aí se constrói um projeto, com a participação da comunidade, que é o projeto SAGAS (Projeto Saúde, Gamboa, Santo Cristo) de preservação, não só dessa cultura material mas também imaterial. Mas a transformação de fato, em termos econômicos, em termos sociais e culturais, acho que ela tá acontecendo com o Porto Maravilha, a partir de (2015?). Então de fato você percebe uma transformação. Agora, a gente ainda não tem claro se essa transformação toda, que está sendo bastante positiva no aspecto econômico e cultural, a gente não sabe se isso ainda vai beneficiar de fato a população, ou vai acabar provocando, com a gentrificação que se fala muito, mais uma vez, como aconteceu em várias comunidades, como por exemplo lá no Cristo Redentor, Pão de Açúcar, de uma fuga em massa dessa população, porque o custo de vida fica muito caro, mesmo tendo aluguel social, mesmo tendo IPTU social, isso fica muito caro e essa população acaba sendo (exterminada?). Então a gente ainda tem muita preocupação com este aspecto, tá? Mas de fato há uma transformação, há um desentendimento que é inegável. Mas a gente sabe que com certeza os empresários, os grandes empreendedores vão lucrar muito com isso. Agora, o que vai de fato a população receber, a gente não sabe, mas a gente percebe, por outro lado, que há um esforço muito grande de representantes do poder público de preservar essa memória, de preservar essa história a partir do momento que há uma redescoberta do Cais do Valongo. Mas antes disso não havia, no projeto Porto Maravilha, uma linha que fazia menção à preservação, à manutenção desse patrimônio cultural, material e imaterial africano e afro-brasileiro. Isso foi uma construção com a presença da sociedade civil, dos movimentos de negros, pra poder reivindicar isso dentro do projeto Porto Maravilha e isso inicia-se com a Carta do Valongo. Aí vai se construir um circuito de herança africana, vai se falar na... e vai se preparar, com o dossiê, a candidatura do Cais a patrimônio da humanidade. Então há toda uma construção de

uma preservação, manutenção, desse patrimônio, mas a gente também sabe que muita coisa há por vir e muita coisa há por fazer.

#### PERGUNTA 4. VOCÊ ACHA QUE ALGUNS LOCAIS ESPECÍFICOS DA REGIAO DEVERIAM SER PRESERVADOS?

##### RESPOSTA:

Sim. Com certeza há locais específicos a serem preservados e esses locais já estão sendo de certa forma preservados, como por exemplo o próprio Cais, que é o epicentro hoje de toda a região, este espaço aqui, que é o Cemitério dos Pretos Novos, o Cais é candidato a patrimônio da humanidade, e com toda certeza ele deve conseguir ser aprovado pela UNESCO, está em processo de visitação dos técnicos da UNESCO. Então esses três lugares são emblemáticos: o Cais, Cemitério e Pedra do Sal. São locais onde eles chegavam, local onde aqueles que não resistiam eram enterrados, e local da festa, da celebração da religião. Então esses locais são emblemáticos. Além desses, a gente pode citar o sindicato da resistência, que é um prédio que está infelizmente abandonado, a gente tem o local que foi o lazareto e hoje pertence ao Banco Central, é uma propriedade privada, é mais complicado dentro dessa região. A Rua Barão de São Félix, rua dos cortiços, é a rua dos candomblés, a rua dos blocos, dos ranchos, onde morou Hilário Jovino, onde morou Tia Ciata, João Alabá, Cipriano Abedé, então são vários personagens que circularam por esta rua, por esta região. Então esses lugares são emblemáticos. Mas é interessante pensar o próprio bairro que é o Valongo, que hoje é o bairro da Saúde e parte da Gamboa, há uma necessidade de preservação de todo este espaço, e isto está previsto no dossiê da UNESCO, sendo o cais patrimônio da humanidade, toda essa área, que é considerada área de amortecimento, ela vai passar por um processo de conservação, de preservação. Então isso tá previsto. Agora, como que isso vai se dar, isso depende de uma coisa chamada de Comitê Gestor. Esse Comitê Gestor é sociedade civil, as instituições mais o poder público, isso é um processo que está sendo construído, e a gente espera que seja da melhor forma possível.

##### COMENTÁRIO FINAL:

Hoje a zona portuária tá muito visitada, é o exemplo disso (vários turistas no IPN no momento da entrevista), isso é consequência de todo esse trabalho que vem sendo realizado já há bastante tempo, e da própria preservação deste espaço pela comunidade, que passa a ganhar o reconhecimento do poder público a partir da redescoberta do Cais do Valongo. Então acho que isso é um saldo positivo. O antropólogo Milton Guran, que é o representante da UNESCO, ele costuma dizer que isso é uma conspiração do bem, que todas as coisas aconteceram no mesmo momento e positivou isso, porque o mesmo momento que o projeto Porto Maravilha é lançado é o mesmo momento que é lançado o Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico, a gente lança a Carta do Valongo, vem logo a seguir a criação do Circuito de Herança Africana, e agora, o aplicativo Passados Presentes que está sendo lançado, que está já disponível em Android, quem tem sistema Android. Breve vai estar disponível pra sistema IOS, que as pessoas poderão conhecer a região já fazer um *tour* virtual pelo celular, e depois vir a conhecer essa região, acho que isso é fantástico. Acho que o mais importante de tudo isso é que a comunidade seja respeitada, seja valorizada, que isso é o mote da UNESCO. O turismo de memória ele tem que ser gestado, ele tem que ser gerido pra comunidade, porque o problema é quando você tem uma evasão, com esse processo de gentrificação, e isso começa a ser apropriado por outras pessoas que tem poder aquisitivo, por

instituições, por organizações, e acaba usurpando isso da comunidade, esse que é o perigo. E aí começa a se construir as senzalas culturais, eu vejo alguns indícios dessas senzalas culturais acontecendo na zona portuária, como acontece no Brasil e em vários lugares do mundo. Eles se apropriam do conhecimento dos indivíduos, dos sujeitos históricos das comunidades e vendem isso e o grande capital é que ganha com isso. Então o cara vai se hospedar lá no Copacabana, na Vieira Souto, e vem pra cá pra fazer o turismo e não deixa nada aqui, só usurpa. Esse que é o grande problema e a gente precisa combater de alguma forma.

## **ENTREVISTA 2 – MILTON GURAN (Antropólogo e pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF).**

**Entrevista concedida no escritório do Milton, em Santa Teresa, 23/04/2016.**

**PERGUNTA: DE QUE FORMA O VALONGO COMEÇOU A FAZER PARTE DA SUA VIDA?**

**RESPOSTA:**

Olha, eu sou antropólogo, e a minha pesquisa principal nos últimos vinte e tantos anos tem sido o processo permanente de construção da identidade social dos agudás, que são os descendentes dos antigos africanos escravizados no Brasil que retornaram pra costa ocidental da África, Benin, Togo, Nigéria. Eu pesquiso principalmente no Benin. Então o meu envolvimento com a questão africana vem daí. E em função desse envolvimento eu fui convidado pra integrar o Comitê Científico Internacional da Rota do Escravo, sou o único brasileiro lá, e esse projeto Rota do Escravo é o eixo da UNESCO pra pensar, estudar e tratar da diáspora africana. Então, em função disso, quer dizer, de eu estar no Conselho Científico Internacional do Projeto, representando o Brasil, eu me coloco em posição de atenção absoluta pra tudo o que se passa no Brasil. E o desvelamento, a redescoberta do Cais do Valongo, é um acontecimento maior, na medida em que o Valongo é de fato o mais importante vestígio da chegada dos africanos no Brasil. Porque nas Américas todas, não só no Brasil como nas Américas, esses locais foram apagados. Quer dizer, existe uma política deliberada, uma intenção de apagar essa memória da escravidão e tudo. De certa maneira a gente entende, porque do ponto de vista humano é muito doloroso, e do ponto de vista político, é muito desfavorável, então ninguém quer lembrar. Sobretudo aqueles que desfrutaram dessa força de trabalho, que se beneficiaram desses tempos escravagistas. E também porque as benfeitorias, as construções eram muito, assim, precárias. Era madeira, palha. E aconteceu que num determinado momento da história se criou, se pavimentou aquele cais na praia do Valongo, que foi a praia por onde entraram talvez um milhão de africanos. É o maior número de africanos no mesmo lugar. Então isso tudo fez com que eu tivesse atento. Aí eu participei do grupo criado pelo IRPH pra pensar o circuito histórico e artístico e arqueólogo, Circuito Histórico e Arqueólogo de Celebração da Herança Africana, isso é uma coisa importante, que se celebre essa herança, a criação desse percurso. Eu, naturalmente, levei a proposta da candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial ao Comitê Científico da UNESCO, que encampou essa candidatura, apoiou. Mais tarde, com apoio da Prefeitura do Rio, nós fizemos uma reunião do Comitê Científico Internacional aqui. Então nós fizemos uma reunião do Comitê Científico Internacional da Rota do Escravo aqui no Rio de Janeiro e o projeto Rota do Escravo afixou uma placa no Valongo e no Cemitério dos Pretos Novos em testemunho, reconhecendo como lugar de memória da diáspora, importante. E assim é. Então meu envolvimento começou dessa maneira, quando o governo brasileiro finalmente encampou a ideia da candidatura, porque a candidatura a patrimônio mundial é apresentada pelo Estado Nacional, não pode ser um particular, uma cidade, não pode ser uma parcela, é o todo. O Estado Brasileiro é que apresenta a candidatura. Então já viu que é um negócio que não é muito simples. Mas o Estado brasileiro encampou a candidatura e o IPHAN, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é o órgão do Estado brasileiro responsável por esse tipo de ação, me convidou pra coordenar o grupo de trabalho encarregado de elaborar o dossiê de candidatura do Valongo. Esse grupo foi composto pelo

arquiteto José Pessoa, professor da USP, pela historiadora Monica Lima, professora da UFRJ e pela arqueóloga, chefe do centro de arqueologia do IPHAN, Rosana Najjar. Nós contamos também com o corpo de assessores como Daniela Yabeta, Cláudio Honorato, arqueólogos, arquitetos, fotógrafos, enfim, criamos um grupo de trabalho. Teve participação também de quadros da IRPH e da CDURP e assim elaboramos o dossiê. Então como você vê, o meu envolvimento com o Valongo foi sendo progressivo e foi se aprofundando até que eu me envolvi completamente com isso.

**PERGUNTA 2: VOCÊ PODE ME CONTAR UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DO VALONGO?**

**RESPOSTA:**

Olha só, uma coisa que a gente tem que ter em mente é o volume, o que significava o tráfico e a escravidão no Brasil. Nos 10 milhões de africanos que, estima-se, que chegaram vivos no Brasil, 4 milhões vieram pro Brasil, que chegaram vivos nas Américas... vou começar de novo. Dos 10 milhões de africanos que estima-se que chegaram vivos nas Américas, 4 milhões vieram pro Brasil, 40%, é enorme. Sobretudo porque o Brasil daquela época era um fiapinho na costa e uma entradinha em Minas Gerais, pra pegar o ouro. Era só isso o Brasil. Não era essa imensidão que é hoje. E desses 4 milhões, 60% entraram pelo Rio de Janeiro, 2 milhões e 400 mil africanos. Isso faz do Rio de Janeiro o maior porto escravagista da história da humanidade, e nós não tínhamos tomado consciência disso, assumido isso, nós não ligamos mé com cré, é claro que todo mundo já sabia disso há muito tempo, mas o Cais do Valongo nos obrigou a entrar em contato com essa situação. Bom, é claro que esses 2 milhões e tantos não entraram todos aqui por dentro da baía. Quando a gente fala do Rio de Janeiro, a gente tá falando de Sepetiba, Mangaratiba até quase Cabo Frio, porque entrava por ali em contrabando e era trazido pra cá, porque aqui era a capital, primeiro da Colônia, depois do Reino e depois do Império. Então era por aqui mesmo que a transação... o centro financeiro, era aonde se vinha comprar, enfim, aonde se concentravam os armadores, os negreiros, enfim, o centro econômico, comercial, desse tipo de atividade. E era muita gente. Em meados do século XVIII, você imagina o que não foi a sociedade brasileira da época áurea do ouro. Em 1750, Vila Rica tinha 50 mil habitantes, 60 anos depois, quando chegou a família real no Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro tinha entre 40 e 50 mil habitantes. Vila Rica era uma coisa extraordinária e tinha Mariana do lado, que tinha mais de não sei quantos mil habitantes e tal. Então houve uma demanda por escravos - não só pra exploração das minas, mas pra fazer girar toda a economia da época - muito grande. Então na segunda metade do século XVIII teve essa demanda exponencial de mão de obra, e no começo do século XIX também, porque veio a Corte pra cá, então houve um crescimento dessa demanda. E esse pessoal todo entrava pela praia do peixe, ali mais ou menos aonde está o Albamar (restaurante), por ali, entre as Barcas e o Museu Histórico Nacional. Ora, em 1720, construíram o Palácio dos vice-reis ali, a Rua Direita era a principal artéria da cidade e os africanos desembarcavam ali, imagina, depois de uma travessia terrível no mar, chegavam nus, doentes, banho nem falar. Então era uma situação realmente muito degradante e depois, perto d'aonde desembarcavam, eles tinham que ser alojados, eles tinham que ser tratados, era complicado fazer aquilo ali. Então a sociedade local pressionou muito o governo pra tirar esse desembarque dali. E finalmente, o Marquês do Lavradio, que parece que fez tudo nessa cidade, o Marquês do Lavradio, ele transferiu o desembarque de escravos pra fora dos limites da cidade. Então a cidade terminava no morro de São Bento, atrás do morro de São Bento tinha uma praia, que era bem ali, a água ia bater aonde hoje é o Edifício da Noite, aquele

edifício, primeiro arranha-céu da América Latina, aonde tinha a Rádio Nacional, aliás eu acho que... agora não tem mais nada. Então ali tinha uma prainha assim, essa prainha ia até a Pedra do Sal, inclusive existe a Igreja de São Francisco da Prainha e o Largo da Prainha, ganhou o nome, do lado da igreja. Então aquilo era uma prainha, que ia até a Pedra do Sal, a Pedra do Sal era maior do que é hoje, entrava no mar e dividia essa parte, a parte do mar, com a parte do vale longo, do Valongo, que é a praia seguinte entre a Pedra do Sal e o Morro da Saúde, que fica entre o Morro da Conceição, Morro da Saúde, depois a providência, e aquele negócio vai ali... aquele alagado até o campo de Santana da época, atual Praça da República, que é o vale longo. Bom, e de 1759 até 1831 essa praia foi o principal porto de desembarque de escravos das Américas, estima-se que por essa praia tenham passado um milhão de africanos, é claro que as estimativas variam, se contestam, uns acham 500 mil, outros, 800 mil... mas pelo amor de deus, meio milhão já tá bom em termos de significância do tráfico. Em 1811 eles começaram a construir uma espécie de cais ali, deram uma ajeitada pro pessoal poder descer, com pé de moleque e tudo, pra facilitar e agilizar o desembarque e isso, essa obra, que foi uma obrinha bem simplesinha, durou 6 anos pra fazer, em 17 foi inaugurado, e durou até 31, quando o Pedro I fez aquela “Lei pra inglês ver” abolindo o tráfico. Bom, em torno desse cais, naquela praia ali, se instalaram os comerciantes de escravos, os barracões, as lojas que vendiam artefatos ligados a escravaria, quer dizer, desde ferros e instrumentos de contenção e tortura de escravo até pano da costa e outras mercadorias que eram de interesse dos africanos, até porque não havia apenas africanos escravizados, havia crioulos escravizados, e africanos livres, que não chegaram aqui como escravos, muito pelo contrário, na dinâmica do tráfico, mas não como escravos, ali como vendedor, como comerciante, como... enfim, e os filhos deles que eram também ligados a essa cultura, que eram crioulos livres, enfim, ali se criou todo um complexo econômico e social, ligado ao comércio escravagista. E isso tem reflexos até hoje nos nossos dias, faz 200 anos. Então, 200 anos são 6 gerações, 8 gerações, não é uma coisa absurda. E dentro desse complexo, alguma coisa sobreviveu, a coisa mais importante hoje naquela região é o Cemitério dos Pretos Novos, que é o local aonde eram jogados, a gente sabe disso, os corpos dos africanos que não resistiam aos rigores da travessia e morriam ao chegar. Esse cais ele foi desativado em 31, que foi quando começou o contrabando de escravos, em 31 ficou formalmente proibido, mas esse contrabando era mais ou menos como é o jogo do bicho hoje. O jogo do bicho é ilegal, todo lugar que você passa aí tem um cara apontando, quer dizer, ninguém liga. Quer dizer, o comércio de escravo era ilegal, e daí? Ninguém ligava, não, só não era ali no cais, não sei o quê. Desembarcava e Mangaratiba, em Sepetiba, sei lá, em Cabo Frio, mais pra lá um pouquinho, em Niterói, Itacoatiara, nesse litoral todo aí. E o cais do Valongo logo depois, que dizer, foi desativado em 31, em 43 ele foi refeito pra receber a princesa das Duas Sicílias, a Maria Teresa de Bourbon, casada com o D. Pedro II e então se construiu o Cais da Imperatriz e ficou lá durante 60 anos, até que na República em 1906, a República foi aterrando aquilo tudo ali, e pra fazer o porto eles aterraram aquela beira do Rio de Janeiro, e ali, então, construíram a praça, atual Praça do Comércio que tá lá, inclusive os monarquistas reclamaram muito, botaram uma colunata como referência ao Cais da Imperatriz. E é interessante, porque, por exemplo, o prédio mais importante daquela região ali, ainda é a Docas Pedro II.

Eu falei que ele foi desvelado, descoberto porque ele foi coberto e depois descoberto. Até porque eu estava te falando que aquele prédio do Docas Pedro II, construído pelo André Rebouças, por isso a gente hoje até prefere chamar de Docas André Rebouças, que ficava na beira do mar, o mar batia ali, porque eles foram empurrando o mar aos poucos, então primeiro empurraram o Valongo, o mar o Valongo assim um pouquinho, e depois se sabia que tinha sido... quando aquele cais foi construído... quando as Docas foi construída o Cais da Imperatriz ainda existia. A Docas foi construída no ano de 1870, por aí, e é um prédio

importante porque, ao que se fala, reza a lenda, foi o primeiro prédio de grande porte construído sem mão de obra escrava, por um engenheiro negro, primeiro engenheiro negro brasileiro, assim. Então você tem de um lado a tragédia, de outro lado a superação, vamos dizer assim. Aí eles foram avançando, ganhando terreno ao mar, até chegar ao porto que está lá hoje. Então nunca foi uma descoberta no sentido de que não se sabia nada... não, sempre se soube que tinha lá. Quando começaram as obras: atenção, aqui embaixo tem o Cais do Valongo, tanto que a professora Tania Lima logo assumiu aquele sítio arqueológico que já se sabia que era. E aliás ela teve um papel fundamental na valorização e na defesa do Valongo, que por pouco que passava um asfalto ali em cima. Ali estava previsto uma avenida de duas pistas assim. Iam asfaltar o Valongo de novo, entendeu? E realmente a prefeitura compreendeu o valor e a importância daquilo e aí se deu a história que a gente já sabe

**PERGUNTA 3. COMO VOCÊ VÊ A REGIÃO PORTUÁRIA? HOUVE TRANSFORMAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS?**

**RESPOSTA:**

Olha só, aquela região portuária, ela foi marcada ao longo do século XIX, desde o século XVIII mas principalmente ao longo do século XIX, como uma região de cultura de matriz africana, ali nasceu o samba, as primeiras casas de culto organizadas foram fundadas ali, os filhos de Gandhi, o Apô Afonja, e então é uma região de ocupação africana, quer dizer, os africanos que ficaram por ali continuaram por ali, era uma região de memória escravagista, então as “pessoas de bem” não queriam muito ficar ali nesse meio, as “pessoas de bem” entre aspas, né? Os brancos evitavam, enfim foi sempre uma... por conta disso foi assim meio deixada meio de lado. Depois, com abertura do porto, se criaram os armazéns. E os armazéns e a estrutura ligada à atividade portuária, moinho de farinha, e grandes espaços de estocagem e, naquela época, todo o trabalho de descarregamento do porto era feito por gente, pelos estivadores. E os estivadores naturalmente eram homens fortes, que ganhavam muito bem, mesmo quando eu era criança, quer dizer na década de 1950, começo da década de 1960, que o porto ainda funcionava, o estivador ganhava mais que um professor catedrático, um negócio assim, ganhava muito bem. E os estivadores foram uma espécie de elite do trabalho braçal da época, ali nasceram as primeiras organizações sindicais, os sindicatos do trabalhador. Então você juntou uma tradição popular de matriz africana com uma organização sindical, uma certa combatividade e que deu... inclusive, foi a parcela da população que de maneira mais aguerrida se opôs à vacina, a famosa Revolta da Vacina, com prata preta e tudo mais. Então isso marcou muito aquela região... esse tipo de configuração social e em termos residenciais ela foi sempre colocada assim, quer dizer... não despertou o interesse das classes mais abastadas nem nada, ficou nessa classe social mais humilde, mais ligada a essas pessoas. Com a decadência do porto, transferência de outros portos mais modernos e tudo, aquela região foi completamente esquecida pela municipalidade, há mais de 50 anos que aquilo ali tá... foi se degradando, degradando, degradando... é claro que aquilo precisava ser recuperado, e agora está sendo. O projeto de recuperação que a prefeitura faz é um projeto que tem as suas particularidades e que tem muitos aspectos que poderiam ser... (como é que eu vou dizer isso..?) O projeto de recuperação do Porto Maravilha fez opções por soluções urbanas que não são consensuais, que dizer, eles valorizaram demais, com torres altíssimas e tudo, a parte empresarial e corporativa, em detrimento de uma configuração urbana, residencial, com fixação das pessoas. Então aquilo ali vai ser igual a uma floresta de eucalipto, não vai ter nem passarinho. daquelas torres todas, pouquíssimas são destinadas a moradias, a uma série de coisas. Então sobrou o que? Sobrou o pessoal que já estava lá, morando lá. Ora, gente, até o

VLT, agora está passando o VLT lá, você mora numa casa, numa rua perdida ali por perto da Central, passa o VLT na sua porta, a casa que não valia nada passa a valer, e assim por diante. Então você vê, aquele sujeito que está morando lá, a família às vezes está há várias gerações, numa casa que nunca valeu nada – tanto que ele estava morando lá, porque se valesse alguma coisa ele não podia morar, porque ele é pobre –, de repente essa casa está sendo negociada, é uma casa do século final do XIX, começo do XX, primeiros anos do XX, ela pode virar um retrofit, pode virar um restaurante importante, uma pequena pousada, um escritório, sei lá, de repente ela vale 500 mil reais. Ora, com 500 mil reais você compra um terreno aí num bairro afastado da cidade, constrói uma casinha, compra um carro novo, televisão, geladeira, não sei o quê, ainda guarda uma poupança pra pagar o plano de saúde da família inteira. Então, é claro que essa população vai ser substituída. O que nós todos estamos nos esforçando – quando eu digo nós, é a sociedade civil, são setores mais conscientes da administração pública, são os próprios moradores – estamos nos esforçando para diluir esse processo de gentrificação e, nesse sentido, a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade é de grande valia, porque o bem tombado demanda o que se chama de “zona de amortecimento”, ou seja, um espaço em torno do bem que garanta a sua proteção, e essa zona de amortecimento do Cais do Valongo é bastante extensa, a gente conseguiu aprovar uma zona bastante extensa, nessa zona não tem prédios, não tem projeção, ela vai ficar protegida, e a gente espera que pelo menos nessa zona de proteção as famílias que são proprietárias de 42% das residências (olha que taxa alta, 42% dos moradores da região são proprietários – são proprietários porque aquilo não valia nada, por isso eles são proprietários. Agora vai passar a valer)... Então existe uma série de medidas que estão sendo discutidas e implementadas, pra qualificar aqueles moradores pra fazer (não identificado), pra fixar pequenas empresas da região, vou te dar um exemplo, uma tipografia daquelas antigas, de tipo mesmo, não existe mais isso, tudo hoje é no digital, mas essa tipografia antiga pode fazer trabalhos de alta qualidade em artes gráficas e tudo, então antes de simplesmente destruir aquela tipografia se poderia qualificar aquele pessoal em gestão de negócios, aí entra o SEBRAI, o SENAC, o SENAI, e outras instituições, então está sendo pensado essa série de medidas pra fixar, o turismo... Acredita-se que, caso a candidatura do Valongo se efetive, e o Cais do Valongo vire patrimônio mundial, e a gente consiga implementar o projeto, porque não é só o Cais, é o Cais, venhamos e convenhamos, não é um Taj Mahal, não é uma Persépolis, aquilo ali são umas pedrinhas, pé-de-moleque, na verdade, o grande valor do Valongo é simbólico, e esse valor simbólico do Valongo tem que ganhar densidade e visibilidade num memorial de celebração da herança africana, porque o Brasil não tem um museu pra isso. Tem o museu afro-brasileiro feito pelo Emanuel Araújo em São Paulo, que é um esforço grande, mas ele é um museu principalmente voltado pro campo da arte, e foi criado pelo esforço do Emanuel e tudo, e tem criado a imagem e semelhança do seu criador, ele é um museu privado, que está se tornando público, mas o Estado brasileiro em nenhuma das suas instâncias, federal, municipal ou estadual, criou um museu que tratasse da questão da presença africana no Brasil. Isso é um absurdo! Pelo amor de deus! Não é possível não ter esse museu! Então o momento é esse, e espera-se, pelo menos, é uma proposta de todas as partes envolvidas, que esse museu se instale exatamente no Docas André Rebouças. Então a expectativa é que ali, naquele ponto, o museu e o Cais, em 10 ou 20 anos, serão tão visitados quanto o Pão de Açúcar e o Corcovado, e talvez mais, porque muita gente que vai no Corcovado e Pão de Açúcar vai vir no Valongo, e muita gente que não vai em Corcovado... vai vir no Valongo, pela tradição, ética, pelo...

Olha, o turismo é a indústria que mais cresce no mundo hoje. E, dos segmentos do turismo, aquele que tem maior potencial de crescimento é o turismo de memória, e dentro do turismo de memória, é o turismo de memória da diáspora, por causa da classe média negra americana, e da ascensão da população afro-brasileira, que quer conhecer suas origens e quer vir aqui. Entendeu? Então, o mineiro, o maranhense, um negro que venha pro Rio de Janeiro,

talvez não vá no Pão de Açúcar, talvez não vá no Corcovado, mas no Valongo ele vai. Então, o potencial turístico da região é muito grande. E se essas pessoas que estão lá forem qualificadas pra operar nesse nicho econômico, aí a gente pode diluir a gentrificação, porque pode ganhar dinheiro. A casa dele vale 500 mil reais, mas se ele puder tirar 20 ou 25 mil reais por mês ficando ali, ele fica. Porque ele vai vender aquilo ali por 500 mil reais, vai pra Queimados, pra Campo Grande, pra Santa Cruz, e aí ele não vai ganhar é um tostão lá. Então a situação é essa. E pra nós é muito importante que essa população de matriz afro-brasileira se fixe na área.

#### PERGUNTA 4. VOCÊ ACHA QUE ALGUNS LOCAIS ESPECÍFICOS DA REGIÃO DEVERIAM SER PRESERVADOS?

##### RESPOSTA:

Lá naquela região do porto tem um casario maravilhoso, que aliás está todo tombado. Tudo o que é anterior a 1930 na cidade me parece que está tombado. E no dossiê do Valongo nós fizemos um inventário das casas do século XIX, fotografando fachada e tudo, é uma maravilha o que tem lá. Então tudo aquilo deve ser preservado.

Agora, existem alguns locais de são de valor exponencial, e o principal deles é o Cemitério dos Pretos Novos.

O Cemitério dos Pretos Novos veio à luz em 1996 quando um casal resolveu fazer obra em sua casa, resolveu quebrar o chão pra passar uns canos e apareceu um fêmur. E a Mercedes, que é essa senhora dona da casa, então, tomou consciência da importância daquilo foi buscar ajuda com os arqueólogos, cavucaram, e o que se encontrou ali é um retrato terrível da mentalidade, da ideologia e da perversidade da sociedade escravocrata brasileira, que não é diferente das outras sociedades escravocratas, por sinal. Lá foram encontrados ossos humanos, ossos de animais e resto de lixo urbano, o que quer dizer que os pretos novos, os africanos recém-chegados, que morriam ao chegar, eram jogados num aterro sanitário. Mostra como essa sociedade escravocrata tratava os seres humanos que não lhes eram mais úteis, isso é terrível! Não existe nas Américas nada com essa força.

E não é só a casa da Mercedes não, a região ali... o que fez a República... aterrou, abriu umas ruas, dividiu parcelas de terreno, vendeu, o pessoal construiu em cima e não se fala mais nisso. E agora isso está vindo à tona. Então, eu sei que a situação é delicada porque é uma propriedade particular, eu sei que a maior parte dos nossos gestores públicos são de opinião que devia cobrir de novo e não se falar mais nisso “por causa de quê que a gente vai falar nisso?”, mas o fato é que deve-se criar maneiras de se buscar. Na minha opinião, aquilo devia ser desapropriado pelo estado, a Mercedes e o marido deviam ser corretamente indenizados, o estado devia assumir o Instituto dos Pretos Novos, a Mercedes devia ser a presidente do Instituto dos Pretos Novos e aquilo ali devia se transformar num grande centro de pesquisas. Aliás, não devia ser desapropriada aquela casa, devia ser desapropriado lá o quarteirão... só que, bom... né?! Estamos aí lutando pra isso.

Então a primeira coisa que deve ser preservada é aquilo. Existe uma outra coisa em andamento, um outro negócio em andamento, ali a gente da falando da preservação de vestígios materiais, mas existe uma outra questão, que é o patrimônio imaterial. Você deve saber que o primeiro bem tombado como patrimônio imaterial, ligado à cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro, foi a Pedra do Sal. Aliás, foi o segundo bem imaterial tombado no país nessa condição, o primeiro foi o Apô Afonjá na Bahia, e depois a Pedra do Sal, foi num momento especial. O Joel Rufino, grande historiador negro que nos deixou há pouco tempo, era o presidente do INEPAC, porque o vice-governador e secretário de cultura era o Darcy

Ribeiro, porque o Leonel Brizola era o presidente da República, presidente não, era o governador do estado, a gente pode dizer o que quiser do Briza, mas o fato é que o Briza veio junto com o Darcy, junto com o Joel Rufino, eles tombaram a Pedra do Sal e ainda elegeram o Juruna a deputado federal, foi o primeiro indígena a ser deputado federal, e único até hoje, por sinal, não apareceu outro. E a Pedra do Sal é um lugar de forte valor simbólico pra cidade e pra cultura afro-brasileira, porque ali nasceu o samba, ali se jogava muita capoeira, não vou dizer que a capoeira nasceu ali, mas praticamente, aquele pessoal que se reunia ali é o pessoal que criou as primeiras casas de culto, naquela região, e então a Pedra do Sal é carregada desse significado. E, ao lado da Pedra do Sal, tem o casario que está sendo reivindicado por um grupo, que sempre viveu ali como um quilombo urbano, que é o quilombo Pedra do Sal, e nós não sabemos aonde vai dar o processo de gentrificação da área, mas o quilombo Pedra do Sal, que está em fase de titulação, é, vamos dizer assim, um pilar de resistência da cultura negra ali. Então isso é muito importante pra identidade social e urbana daquela região. O quilombo foi reconhecido pela Fundação Palmares e está em processo de reconhecimento pelo INCRA, não sei o que isso vai dar, porque, com a entrada do Michel Temer, já existe a proposta que todo o reconhecimento de terra quilombola e indígena passe por esse congresso que está aí, aí o quilombo não vai passar, aliás não vai passar nada, eles ainda vão tomar algumas terras que já foram reconhecidas. Mas eu acho que esses dois locais são os principais locais a serem preservados, porque eles são como pilares que sustentam o edifício. Se ele estiver de pé, o edifício poderá, mesmo que em situação mais precária ou menos precária, vai se sustentar. Enquanto esses dois lugares forem preservados e defendidos e cuidados, eu acho que essa identidade afro brasileira tem como se manter e prosperar na região.

### ENTREVISTA 3 – LÚCIA MARIA DOS SANTOS (TIA LÚCIA)

**Entrevista concedida em um sobrado no Largo São Francisco da Prainha, Valongo. 23/04/2016.**

**PERGUNTA: DE QUE FORMA O VALONGO COMEÇOU A FAZER PARTE DA SUA VIDA?**

**RESPOSTA:**

Desde que eu me conheci como gente. Eu vim entender disso aqui quando eu tinha menos de cinco anos, que foi uma festa de caipira que teve na rua... essa rua aqui como é o nome dela? Esqueço o nome dessa rua... Uma festa que teve nessa rua aqui perto dos servidores, que as crianças tinham que vir de polonesas, vestidas de polonesas, aí eu disse assim: “tia, as meninas são brancas eu sou preta, como é que eu vou vestir a roupa delas?”, tinha uns tamanquinhos, aí minha tia: “Ah, teu vestido é melhor do que o delas”. Aí na festa de (inaudível) tinha muito gringo, muito turista mesmo, diferente, turista que eu falo, porque quando se fala em turista não é só de fora, os daqui também, do Brasil. Daí que um turista disse assim “Ih, eu pensei que essa menina fosse uma boneca de louça”, porque a minha tia me botou sentada, não podia brincar, e continuou: “é uma boneca de louça, não é gente não”... Eu sou gente sim, aí quando ele me viu brincar, correr, aí corri, vim pra aqui, isso aqui... isso aqui tinha bancos, cheio de árvores bonitas, não é isso que você está vendo hoje, isso aí não. Era muito bonito. E ela veio... passou. Aí minha tia comprou uma casa aqui, que é essa aqui nessa rua aqui, uma casa onde a minha tia comprou, com esse cara do porto. Daqui eu fui pra morar sabe aonde? Santa Marta, já ouviu falar em Santa marta né? Fui pra Santa Marta, depois voltei pra Glória, depois eu fui de volta pra aqui pro Santo Cristo, morei aqui atrás, hoje tem um hospital, não tinha essa água não, essa casa aqui tem água (inaudível) não. Era só a Pedra do Sal, depois que a CEDAE fez isso aí. Se muito, isso deve ter uns 30 ou trinta e poucos anos, não tem muito não.

Carreguei muita água, descia, carregava água, apanhava, depois eu ia pra aqui pra Conceição, depois de descer pra Conceição, subia lá perto do quartel, antigamente não era quartel, era o forte do quartel, depois que eles fizeram o quartel direitinho, mas daí eu era muito molequinha. Descia de novo, chegava no beco desse beco aqui, ou senão ia pra aquele beco ali, que é aqui perto da igreja, essa igrejinha aqui tem... você já viu uma vila que tem ali cheia de casa, né? E a minha tia me procurando, aí daqui a pouco o pessoal: “ela foi pra não sei aonde”. Aí minha tia: “Essa menina me dá trabalho, eu vou mandar ela de volta pra casa do pai dela”. Aí a outra minha tia disse: “Ah, vai mandar ela pra casa do pai dela não, porque o pai dela não vai dar atenção a ela, ela tá ficando já mocinha, ela já vai fazer 8 anos, ela trabalha já sozinha, essa menina trabalha pra caramba”. Aí ia pra cabeça de porco na Presidente Vargas, depois saí da Presidente, da cabeça de porco, ainda fui pra uma cabeça de porco pior ainda, que era na Marquês de Sapucaí, você já ouviu falar? Puxa! Nambuco, tem a Marquês de Sapucaí que tinha uma escada, e a gente morava aqui, que é um sobrado, igual esse aqui, o sobrado já não tem mais, mas era uma cabeça de porco, você sabe o que é cabeça de porco? Cabeça de porco é assim ó: eu moro aqui, aí tem uma portinha pequenininha, um corredor morava outro aqui, era assim, chamava cabeça de porco.

Eu já dizia o contrário quando a minha tia dizia “tapa os ouvidos”, é um cu de mãe joana... aí, na cabeça do porco era horrível, nego dizia palavrão... era uma bagunça, eu não entendia o que era aquilo, e eu ficava olhando, triste, porque eu via tanta gente, e vinha um cheiro! Era insuportável! Entendeu? Depois a minha mãe veio, ela disse “ah, sua mãe vem”,

aí quando a minha mãe veio “Eu não quero a minha filha morando aqui de jeito nenhum, que ela não vai ter educação nenhuma, vai ficar igual vocês, desbocada, não sei o quê...”, aquela coisa de alta sociedade. Minha mãe pega daqui, me leva pra Presidente Vargas, Praça XI, ali perto da Igreja de Santana ali, morei com a minha mãe ali. Quando eu morei com minha mãe ali eu ia pra Igreja de Santana, e na Igreja o padre disse: “Essa menina tem que estudar”.

Minha mãe foi trabalhar pra família Castelo Branco, eu estudei com a família, Castelo Branco fez a minha mãe me botar pra estudar. Ele dizia pra minha mãe: “Odite, essa menina ela vai pra escola e ela vai saber mais do que o professor, mas manda essa menina pro colégio”. Assim mesmo. Castelo Branco. Eu era pequena mas eu me lembro da palavra dele: “Dite, essa sua filha vai ser uma grande mulher, então manda ela ir pro colégio”. Minha mãe: “mas nós não temos dinheiro”. “Não fica dizendo que não tem dinheiro! Eu estou mandando levar ela pro colégio, se vire lá, tome essa carta”, entregou. Minha mãe entregou lá no colégio, ali na Rua Santana, Colégio Santana. Aí minha mãe disse assim “não, mas ela não quer nada. Eu não posso botar ela lá porque ela não quer nada”. Eu disse: “ô, mãe, não é questão de eu não querer, é questão que lá só tem branco e os brancos não gostam de mim, e que se um branco me bater eles vão apanhar”. Eu não tenho esse negócio, não. Eu era atrevida! Aí minha mãe disse: “não pode, se você bater nunca mais você vai estudar!”. “Pois então eu vou bater pra nunca mais estudar!”. Mas eu não podia bater numa pessoa, se você não me bater eu não posso bater em você, posso? Eu não era maluca. Aí minha mãe disse assim: “você não bateu, não?”. “Eu não, ninguém me bateu, mas se me bater leva!”.

Aí a professora um dia, a diretora, disse assim: “Dite, essa sua filha é tão boa! É uma menina calma, mas também quando ela se enfeza! Ela atirou o lápis no professor de distância” e o lápis pegou, a ponta do lápis. Peguei o lápis e... quando eles estavam me chamando de nega do cabelo duro, né? Mas ele tava brincando, ele disse que era brincadeira, mas eu não gostava, eu dizia assim: “Ah professor, eu sei que meu cabelo é duro no casquinho, ô cabelinho!”, que você tem o cabelo liso é... não troco o seu pelo meu, levando na brincadeira. Mas naquele dia eu achei que ele não estava brincando porque as meninas estavam rindo, estava todo mundo rindo porque ele estava me chamando... Eu disse: “Ah, professor, o senhor vai parar com esse negócio de me chamar disso”, peguei o lápis à distância, ele estava como daqui ali na sala, lá. Ele falou: “Você tem uma boa pontaria né?!”. “Ah, o senhor ainda não viu nada! Quando eu fizer o remédio da cobra, professor, vou botar no senhor. O senhor vai ver! O senhor não brinque comigo!”. “Que isso, menina!”. “Não, senhor, não vou fazer isso não”.

E vim pro José Bonifácio, sabe onde é o José Bonifácio? O Colégio José Bonifácio! Ali tinha a escola, estudava ali naquela escola, aonde me botaram pra estudar e minha mãe lavava roupa pros professores ali. Agora você vê, estudava o dia todo naquele José Bonifácio, pra depois voltar de noite! E pior que eu andava a pé, não tinha dinheiro tinha que ir a pé, daqui até a Presidente Vargas, que era ali em Santana. Aí a minha mãe de manhã levantava ela vinha caminhava... mas só que a gente vinha pelo túnel, não pelo túnel, a gente vinha pela cidade do Samba hoje, que é a Cidade do Samba, tinha a ladeira tem a vila portuária hoje, tem a vila mas tinha uma ponte que a gente atravessava e vinha pra rua, aonde é a rua da dona Merced, sempre esqueço o nome daquela rua. Então, é aonde fica o José Bonifácio, foi aonde eu fui conhecer dona Merced, final a senhora dona Merced, não sei se você já viu, do Instituto Pretos Novos? Então. Aquela rua Pedro Ernesto. Eu vinha pela Pedro Ernesto toda... descia, vinha, aí chegava no Pedro Ernesto. Aí eu dizia assim “poxa, essa rua tá ficando desanimada, né? Porque tá ficando feia, tá ficando... tem pouca gente, as pessoas se mudando, foram se mudando, mas aquele lugar era muito bom, tinha festa, tinha botequim, tinha armarinho, tinha armazém bom, farmácias boas, hoje não tem nada, hoje só tem lixo ali, era uma animação, São João era uma festa animada, natal... a festa da padroeira, que é Nossa Senhora da Saúde e Nossa Senhora da Sagrada Família, era uma união, era bonito mesmo!

Hoje onde tem o 2001 era adegas, depois de 2001, antes de 2001 era adegas mas tinha o Colégio do pequeno jornalista. O pequeno jornalista, como ia naquela festa do pequeno jornalista! A dona... como que era a dona? Era a finada do Getúlio ainda, ela morreu também né. Mas tinha as parentes dela que adoravam. Dizia “Ô menina, você não quer aprender nada não?”. Olha eu já estou cansada de costurar, costurar, costurar... sei fazer ponto de Cruz, sei bordar, sei fazer roupa de boneca, sei fazer boneco. O que vocês mesmo não me botam pra fazer é comida, que eu quero fazer comida, e eu só aprendi a fazer comida com a minha avó, um pouco, mas é a comida que ninguém gosta, que é da minha avó, que era acarajé... eu já sabia fazer desde pequena, acarajé, abará, acaçá, caruru, cuscuz, essas comidas da Bahia mesmo, da África. Aí um dia a diretora disse lá “Bota essa menina na cozinha pra ela fazer alguma coisa, porque senão ela não vai deixar a gente quieto”.

Eu ficava lá no pequeno jornalista, depois do pequeno jornalista, saía e ia pro José Bonifácio, depois do José Bonifácio ia pros ingleses, ainda tinha o hospital dos ingleses, que era hospital aquilo ali, era o melhor hospital que o Rio de Janeiro já teve, foi aquele ali. Esse Servidores do Estado não chegava aos pés do Hospital dos Ingleses. O hospital dos Ingleses tinha tudo o que você sonhava, tudo! Em matéria de educação aquele hospital tinha tudo. Ali era tudo, minha filha, ali era escola de educação, escola que ensinava a cozinhar, tinha padaria, a gente aprendia a fazer pão, aprendia a conservar as plantas, aprendia como fazer a planta d’aonde vinha, alimentação, ensinava a gente a plantar, isso tudo não é educação? Bom, fora que tinha aula de aprender a ler, escrever, pesquisa de... lá fazia uma pesquisa que eu ainda não vi colégio nenhum fazer, pesquisa de educar o ser humano a falar. No momento que você falava errado, o professor “não é essa a palavra, não é assim. Essa palavra é assim, tem tantas letras...”. ensinava a gente a educar a palavra, pela quantidade de letra que tinha a palavra, e acabava que as crianças aprendiam a ler mais depressa, porque a gente ficava no sentido de “quantas letras tem aquela palavra?” você tá entendendo o que eu estou falando? E na base de quantas letras tinha uma palavra, foi que eu fui aprender a falar a palavra cumpridona. Qual é a palavra cumpridona do Brasil? (paralelepípedo). Fala essa palavra... não dá 23 letras pra você falar ela corretamente. Aí o professor me viu “menina, onde você aprendeu essa palavra?”. “Lá no colégio. Hoje a professora disse que todo mundo tinha que aprender essa palavra”. Aí ele disse “quantas letras tem essa palavra?” “vinte e três”. “O quê?! Não acredito!” “Tem sim! Do jeito que eu falo tem, mas do jeito que o senhor fala...” Porque ela me ensinou assim, mas o certo, no dicionário, ela tem 23 letras, mas se você falar ela ao contrário ela não tem isso tudo. Preste atenção e lê o dicionário. E bota isso na cabeça dos seus alunos pra tu ver. Meu neto ganhou um prêmio, lá fora na Espanha, onde ele está, por causa disso. Vê você. Porque hoje não ensinam as crianças direito, mas eu quando aprendi muita coisa, às vezes “Ah, não estudou”, eu estudei, talvez eu estudei mais do que quem foi pra faculdade. Porque eu digo a muita gente, estudar não é fácil, principalmente no meu ramo de pele, por causa da minha pele eu deixei de ser uma grande (inaudível). Queria ver as coisas, queria saber de tudo, queria pegar uma coisa... mas não podia porque pobre, negro não tinha aonde estudar. Tudo isso eu escutei, no tempo da ditadura o pessoal falou que eles... não, não foi, não. Eles não se metiam muito com as pessoas pobres. Eles estão pouco ligando se você é pobre, se você... estão incomodando sim, com a sua educação, como ele disse uma vez “ser pobre, não precisa ser porco”, eu digo sempre isso às pessoas. Ele quando me disse assim “quem lavou a sua roupa, menina?” Eu! O vestido era de saco mas era tão branco como isso aqui, eu vivia assim, de vestido... “Como é que você lava esse vestido seu?” “Mamãe manda eu passar sabão de coco, esfregar bem, botar no sol, jogar água, tornar a tirar, lavar, enxaguar e esfregar de novo, botar no sol, quando for a hora de enxaguar ainda tinha que chupar o pano pra ver se tinha gosto de sabão. Se estivesse de novo com gosto de água de sabão, botava de novo pra lavar! Você já viu isso? Por isso que hoje eu aprendi a lavar roupa. Minha roupa, se eu não vestir uma roupa branca limpa eu tenho pavor. Porque eu quero

chegar e se você me vê de longe o vestido, a roupa tem que ser branca. (estudei) por volta de 1920, 25, 26, 27, por aí. Pra tu ver hem. E o pior não era nada, muitas vezes eu não estudava não. Eu ia pro colégio, ficava como daqui, ali é a porta, o portão, e aqui eu ficava olhando. Aí o professor passava uma coisa, aí quando o professor ia me olhar... aí um dia “O que você tá olhando aí?” “Eu estou olhando o tempo”. A desculpa que eu dava, ou olhava o tempo ou olhava o passarinho. Mas não era, era pra prestar atenção no que ele estava falando pra eu ficar percebendo, sabe? Porque nem tudo a gente aprende pelo professor. A gente aprende pela imaginação da sua cabeça. Porque se você botar o cérebro seu pra trabalhar, o ao contrário do ao contrário, o cérebro vai ligar tudo o que você quer. Isso eu aprendi com quatro anos. “Vem cá negritinha, senta aqui. Você não está vendo aqui, na minha mão? É uma cabeça.” “Eu sei vó, é uma cabeça, mas a senhora apanhou essa cabeça de quem? Qual o defunto dessa cabeça, vovó? Apanhou lá no cemitério, vovó?” “Não, foi seu avô que trouxe, que eu pedi”. “Meu avô nem perguntou ao dono se podia trazer, né vó?” “Não, ele depois vai devolver de novo pra escola de medicina”. Meu avô foi. Aí ela disse assim “você tá vendo isso aqui? Esse lado aqui, compõe o lado direito, esse lado de cá compõe o lado esquerdo. Aí tem, daqui tem várias partes do nosso corpo, daqui tem tudo o que a gente quer, do dedo do pé, do dedo da mão, do ouvido, do nariz, da boca, de tudo isso, do órgão, do seu fígado, da sua vagina” até isso ela falou, e eu fiquei assim... tudo o que ela falava eu dizia “que diaxo é vagina? Que diaxo é isso?” Cada palavra que ela dizia eu me perguntava, mas dentro de mim, sempre não perguntava pra ela. Porque se eu fosse perguntar eu levava uma porrada, né?! Aí ela disse, quando ela disse “eu vou lhe dar uma coisa, mais importante que tem no nosso cérebro, mas eu quero que você preste bem atenção, viu negritinha?” “Sim, senhora!”. “Essa parte aqui, tá tudo... parece oco né? Mas num é não, aqui vai sair aonde tudo vai acontecer com você. É o coração. O batimento do coração vai pertencer à sua cabeça. Tá escutando o que eu falei?” “To sim, senhora”. “Você viu, coração e o cérebro vai trabalhar junto. Mas esse aqui é o principal, se você levar uma porrada aqui você vai morrer. Você pode bater na sua cabeça de um lado, cair, furar, mas não vai. Se não bater aqui, nessa parte aqui, não vai atingir o coração”. Então, ninguém morre pela cabeça, e ninguém morre pelo coração, foi quando eu aprendi isso.

Olha, eu morava aqui embaixo, eu morava no Santo Cristo dos Milagres, sabe aonde é né? Na casa dos padres, era a antiga casa dos padres, que eu morei muito tempo, quando eu vim logo da Bahia.

**PERGUNTA 2: VOCÊ PODE ME CONTAR UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DO VALONGO?**

**RESPOSTA:**

Esse pedaço aqui sempre foi famoso. Tinha um bloco que chamava, antigamente chamava Barão do Mauá, agora passou a ser chamado Escravo da Mauá. O nome era Barão do Mauá, depois, quando mudou as pessoas, botou Barão do Mauá. Aí tinha um bloco que é a Vizinha Faladeira que eu não sei se você ouviu falar, tinha o Bloco da Vizinha Faladeira, tinha o Fala Meu Louro e Balança Mas Não Cai, o bloco Balança nunca mais ouvi falar mais nesse bloco. Quando se juntavam esses blocos, era na Pedra do Sal, que você viu, naquele pedaço ali, tu viu? Aquela Pedra do Sal? Quando tinha todo - ainda deve ter, eu não sei, dizem que tem mas não me interessa -, tinha um negócio de samba. Toda segunda-feira tinha o samba da Mauá, mas não era Mauá, era o samba da pedra do sal, eles nunca botaram o nome da Pedra do Sal... mas tudo bem. Aí tinha as alegrias. Tem ali o Valongo, que você chegou a

ver, é o cais. Ali era só uma praça ninguém nem sabia que tinha alguma coisa ali debaixo. Mas eu quando era menina eu sempre dizia que ali tinha espíritos vivos... “Essa menina fala demais”. Aqui tem gente viva, estão tudo ali enterrado. Sempre dizia isso, nunca me esqueço. Um dia minha tia “Não diga não, que você vai acabar morrendo cedo”. Eu dizia “Ô tia, quem nasce pra viver, vive, quem nasce pra morrer, morre cedo. Eu não nasci pra morrer cedo. Pode deixar”. Aí, nessa conversa vai, tinha a festa das piranhas (to pegando pesado, né? Mas eu vou dizer logo, até porque...) as mulheres da Praça Mauá. As mulheres da praça Mauá não podiam se misturar com o pessoal daqui da Prainha. Não é, então, o que é que tem isso? Tudo era tudo a mesma coisa. O coro comia, mas entre elas. Mas junto, foi um dia assim, juntou, aí não tem mais confusão, acabou. Era mulher da Praça Mauá, aqui a Prainha, Pedra do Sal, pessoal lá de cima, da Conceição e o pessoal da Ribeira, que a gente chama Ribeira porque... ficava tudo aí, aí não tinha confusão, não é? Aí todos eram amigos, todos comiam juntos, mas era animado. E o que tá faltando nesse bairro é o que eu to dizendo, falta de amor e compreensão dos moradores que não tem, que o povo daqui a maioria agora não são unidos como era naquela época. Naquela época se você dissesse assim “Ô tia Lucia, vamos fazer uma batucadinha! Vamos dividir o comes e bebes com cada um”, aí por exemplo, eu ia na casa do pai dele, o pai dele vinha trazia bateria, ia na casa dele... era união dos moradores. Hoje os moradores não querem saber de nada, só querem viver, porque é tudo bicho. Isso não é vida pra mim, isso pra mim tá pior do que alça de caixão. Pra que você vê, o que você vê hoje, eu acho isso aqui uma coisa que agora, aos poucos, estão se unindo mais. Porque eu acho que festa é festa, ser humano é ser humano. Se faz uma festa tem que ter união. Porque nada mais menos, do que uma festa se não é pra unir os amigos, e os inimigos para ser amigos. Pra mim é essa a origem da festa. Festa de alegria. A mesma coisa que a festa das Olimpíadas, é união do povo, gente! Eles estão preparando as Olimpíadas mas estão esquecendo de uma coisa, e se tiver essa confusão aqui dentro do Brasil? Que tá de político? Aqui nunca teve esse negócio de festa, não. Negócio de futebol, negócio de jogo, nunca teve nada. A não ser entre jogadores mesmo, que, por exemplo, você é flamengo, esse é vasco, esse é fluminense, aí vocês mesmos se juntam, o povo é que se junta. Mas negócio de governo, nunca teve! Tá tendo agora, agora é ao contrário, tá tendo agora, tanto que fizeram a vila, que pra mim a vila foi uma coisa boa, porque na vila tem esporte, tem tudo, quer dizer, é um lugar que tem esporte, tem que ter um pouquinho de jogo de cintura. Naquela época não tinha. Tinha uns clubes caros, que era Del Mario, não sei o quê... não é assim. Quando os blocos estão juntos, que juntavam os blocos, aqui nesse pedaço aqui só passava dois blocos bons, Cacique de Ramos e Barco da Onça. Então os dois quando se juntavam, aí você não sabia, porque naquela época você não podia ir negro, só podia ser assim igual você, você é negra mas é cor do índio, Cacique e Barco da Onça era tudo dessa cor. Não tinha um preto, preto nem branco. Não podia entrar nem branco nem negro. Não entrava, isso eu posso dizer! Era a lei deles, quem é que vai mudar? Quando começou a brigar, porque acharam que tinha que botar branco, começou a briga. O Cacique colocou uma loira, e o outro colocou uma branca morena, cabelo meio claro. Aí foi começando... aí teve uma briga que quase, o governador Lacerda “Se brigar, nunca mais sai na sua vida, enquanto eu viver”. Aí eles não brigaram, e vieram brigar no governo Moreira Franco, teve um pau na Avenida Presidente Vargas que foi fogo! Aí parou. Você não ouviu falar no Cacique de Ramos não? Ninguém sabe. Mas agora tá voltando. Esse ano já voltou, o Cacique de Ramos e o Barco da Onça, estava lá na avenida, os dois. Porque todos os dois é a mesma roupa, ninguém sabe qual é um qual é outro, que é a cor da onça a roupa deles.

E aí essa pureza que você tá vendo hoje, isso aí deserto, tá vendo tudo deserto. Eu duvido que naquela época tinha alguém assim, tinha não. Era cheio, era casal que ia no cinema, isso 1940, quarenta e pouco, até 43, 44, 45, tava mais forte, mas em 1970, vou logo cortar o barato, em 78 foi que começou a morrer o bairro, até agora. Porque a pior lei do

mundo pra mim, que eu não suporto, foi a lei do crente, botou essa lei acabou o mundo, o mundo tá acabando porque quem acabou com a população brasileira foi os crentes. Só pra começar, se você tinha um santo de macumba aqui eles vinham e quebravam seu santo, destruía, botava um safado que ganhava dinheiro pra destruir sua casa. Um dia teve um pastor que disse na minha cara “Eu vou na sua casa”. Eu disse a ele “Você vai, mas vai honrar essa calça que tu veste, porque eu vou honrar minha saia, porque eu vou te quebrar de pau, experimenta de ir na minha casa. Eu vou honrar a minha saia, eu quero ver você honrar a sua calça, experimenta! Se você for mais homem do que meu pai, você vai entrar na minha casa, senão...” eu enfrentei ele. Ele olhou pra minha cara “Tá com o Diabo”. “Ó, não fala que eu to com ele, não. Quem tá é tu.” E ele nunca foi na minha casa. E às vezes as pessoas mães de santo me diziam assim, tia Lucia vai na minha casa, quando ele me via entrar, porque às vezes era assim que eu sacaneava ele, eu não ia fazer nada, eu não ia na sua casa, mas você pedia eu já ficava na porta. Quando ele me via, ele dava um grupo nos carros aí voltava, porque sabia que eu ia quebrar ele pau lá. Eu disse a ela, vocês têm que parar porque eu não vou estar perto de vocês toda a vida. E eles foram destruindo as casas de santo, quebrava o santo... Hoje, como eu disse a ele, não é questão que ninguém adorava aquela imagem, era uma cultura deles, eles não tinham nada que quebrar uma coisa que não era deles. Mas tinha cada imagem! Era deles! Uma era bonitinha, outra era feia, mas tinha cada imagem que era linda! As esculturas que valiam, hoje, se fosse ter hoje, era uma fortuna.

#### PERGUNTA 4. VOCÊ ACHA QUE ALGUNS LOCAIS ESPECÍFICOS DA REGIÃO DEVERIAM SER PRESERVADOS?

##### RESPOSTA:

Aqui deveria deixar como ele era. Como era antigo. Aqui não tem nada antigo. Você acha que esse prédio é antigo? Olha, as esculturas que a gente deveria manter vivas ainda são esse pedaço todo que tá aqui, a praça Mauá, eles deviam pintar, conservar, que ainda tem... isso aqui é tudo antiquíssimo. Você já foi aqui nesse beco? Já viu, reparou as casas em cima? Eu tinha um álbum de todos os trabalhos que eu tinha de todos os prédios que tinha aqui. Aqui tinha um prédio aqui, que hoje é esse aqui ó, aquele ali do meio, ali tinha um prédio que tinha umas caras de máscaras. Você sabe o que quer dizer isso? Era quando eles achavam que se escondia do rei, então eles botavam máscara d’aonde eles fizeram. Como é a pessoa esconde de uma pessoa, que não quer que te veja? Porque o rei ela muito cruel, e às vezes alguma coisa fez que o rei não aceitava. E às vezes tem uns que são uns brasões do lugar de onde ele morava, entendeu? De Portugal, da Itália, da França. Os desenhos significam é o lugar, tendeu? O formato do desenho, uns era um jarro, como aqui tem. Aqui tem, esses daqui têm vários tipos de brasão. A prefeitura apanhou dois jarros daqui de cima, que estava aqui em cima, entendeu? A prefeitura apanhou daqui de cima, tá guardado. Se você for no Morro do Pinto, onde eu moro, que eu moro no Morro do Pinto, na Rua Carlos Gomes, é lá que eu moro. Mas se você for na minha rua, você vai ter desgosto, porque não tá a mesma coisa que era naquela época quando eu fui morar, quando eu tinha 20 anos. Hoje, pra mim, aquilo ali é lixo. Porque, primeiro, os moradores estão pouco ligando, os que estão vindo agora, se não vai ficar bonito, se não vai ficar feio. No meu tempo conservava a rua, não gostava que destruía a frente da casa. Hoje, a própria prefeitura não toma conta. Você destruiu a frente da casa o problema é seu, coisa que eu acho que eles deveriam conservar. Como eu disse, essas casas aqui, ó. Porque que elas estão aí? Porque elas não pertencem à Prefeitura... se elas pertencessem à Prefeitura já tinham tirado há muito tempo. Essa garra que você está vendo

assim, porque não é da prefeitura, é casa de alguém que ... entendeu? E também é casa de padre e freira... e coisa de padre e freira demora a ser destruído. Se fosse nosso, já tinha... você vê aqui atrás, quadra. Eu conheci essa escola ali, que era uma beleza, você vai lá é um lixo. As pessoas estão destruindo um lugar que era pra ser conservado, reservado com carinho, com amor. E ensina as crianças a serem estúpidas também, a destruir. Em vez deles dizerem pras crianças “Não destrua, deixa essa maravilha, que amanhã ou depois vai servir pros seus bisnetos, seus filhos”. A mãe não, a primeira coisa que a mãe faz, a criança quebra um tijolo a mãe deixa. Não é. Tem que deixar conservado. O que está no Santo Cristo, você já viu Santo Cristo como é que está? Quem conheceu Santo Cristo como eu conheci, era uma verdadeira maravilha. Obras de arte, de prédios, de casa, que lá era mais casa, do que arquitetura, tinha um lado que eu sei que era só casas. Casa de português, casa de espanhol. Entendeu? Casa de italiano, era essas casas, e você sabe que casa de polonês, de francês, de alemão eram casas bonitas. Hoje, não tem casa. Tem um... coisa. Uma ponte que passaram. Do outro lado, tem casas quase tudo caindo, uns prédios tudo velho, tudo que é bom de arriar... Isso aqui é beleza? Não. A Igreja de Santo Cristo é a única coisa agora que se tem lá, a única, porque o resto tudo está mudando. Aquele bairro que tinha coisas antigas, casas boas... tem ainda uns pouquinhos sobrados, que moravam os marinheiros que vinham. Entendeu?

Há muito tempo. Você está pensando que é agora? Eu, quando eu estava no José Bonifácio, um dia eu passei ali com a minha tia, não esqueço disso. Aí olhei uma casa, tinha uma casa “Minha tia, aqui tem muita gente” “Tem nada, só uma dona da casa”. Era um casal só, mas você ouvia a voz de muita gente, era grito, era choro, era corrente. “Titia, aqui tem corrente”. Aí minha tia “Menina, para de falar besteira, senão você vai botar coisa na cabeça dos outros”. Aí um dia eu disse assim “Tia, essa casa era um cemitério”. Aí minha tia disse “olha, você não vai falar isso pra ninguém, senão ninguém vai morar mais nesse pedaço aqui”. E sabe o que que a senhora falou, que a senhora tem uma lavadeira que vai apanhar roupa daquela dona pra lavar, tem a roupa... porque a minha tinha lavava roupa, né. Minha tia apanhava roupa e ela não queria que... pra não perder as freguesas dela. Ao ponto do povo chegar a isso, não dizer pra você, que é pra você não fugir do lugar. 90% das pessoas ali sabia que aquilo ali tudo... aquilo ali... se passasse ali de noite era uma assombração. O dia que faltava luz era que você via a assombração andar. Você pensa... eu cansei de ver criança brincar.

Quando eu cheguei no José Bonifácio, a minha mãe disse assim “Você está brincando com quem?” EU não esqueço, eu quase levei uma surra da minha mãe. “To brincando com as crianças aqui mamãe” “Que criança, menina?” “Tem um monte de criança, meus colegas”. Eles eram tudo defunto, morto. E eu brincava com eles. Aí quando um dia apareceu, porque a minha mãe era muito católica, mas quando o meu tio chegou, que era da África mesmo, falou pra minha mãe “Essa menina brinca com os defuntos? Ela é feliz”. No fundo minha mãe (inaudível). Era cunhado da minha mãe, irmão do pai, que veio da África mesmo. “Mas não pode”. Minha mãe nunca mais quis me deixar no José Bonifácio, ainda fui pro hospital porque disseram que eu estava ficando maluca, ainda passei por isso! Se não fosse a minha tia, minha mãe disse por médico que eu estava doente, que o médico (inaudível). Me botaram no hospital pra internar, fiquei três dias no hospital internada e tudo que o médico falava. “Mar, doutor, eu via os meninos tudo brincando, doutor. Eu via eles tudo sujo sem camisa, sem nada, eles tudo nu”. “Ô, menina, não pode falar”. Aí, foi quando a minha tia disse “Ô, senta aí, tem uma coisa, você tem que ver com os olhos, comer com a testa”. Aí eu falei assim “Tá bom, vou ver”. Aí eu vi com os olhos, aí eu falei, botei a comida pra ver se eu comia com a testa, ainda debochei da minha tia. Aí minha tia “Não é isso que estou falando. Ver com os olhos e comer com a testa, não é você comer com a testa. É que você tem que prestar atenção e ouvir o que os outros falam, mas não fica na cabeça, esquece.” Depois que a minha tia estava me

explicando as coisas, eu comecei a não falar nada. Às vezes as pessoas me perguntavam, “Não vi nada não”, comecei a dizer isso. Mas que eu via eu via. Olha minha filha, eu passei muita coisa nesse pedaço aqui.

Depois de muito tempo, eu disse um dia “É, esse bairro está se acabando”. Quando eu fui, eu vi quantos diretores passaram por aquele José Bonifácio, quantos! Até chegar a dona Carmen Lucia, o Alfredo, Feijó, Amauri e Néia. Os que mais eu convivi, mas o Feijó foi o pior deles todos. Deles todos, porque ele teve coragem de destruir o que tinha dentro do José Bonifácio. José Bonifácio guardou meus trabalhos todos que fiz, arquivou, porque disse que um dia ele ia precisar. Um dia eu disse “Eu vou desenhar toda a fachada”, eu desenhei a fachada toda de Santo Cristo. Todas as casas da fachada de Santo Cristo, todas as casas. Era lindo. As pessoas não acreditavam que fui eu que desenhei. Ele me destrói o caderno deste tamanho, que eu ganhei de uma professora pra justamente começar a fazer. Tinha uma fachada, que eu não me lembro o nome, que tinha um bicho do lado de fora, desenhado, e tinha um velho. O velho quando era de chuva, o velho ia pra rua, quando era sol o velho entrava. Tá entendendo? E outro dia eu vi num relógio isso e me lembrei do desenho, lá no centro da cidade. Aí o homem lá... Ipanema, eu vi em Ipanema, a velha, quando chove, a velha vai pra rua e o velho fica dentro de casa. Aí eu disse pro homem “Eu já vi uma casa onde eu morava que tinha um desenho assim”. Aí ele disse assim “Há muitos anos um amigo meu copiou de uma casa lá em não sei aonde”. Então eu não to enganada, viu? Na rua do Propósito, já viu a Rua do Propósito? Você já foi lá? Você já viu quanta coisa tem?

**ENTREVISTA 4 – FÁBIO PEREIRA LEAL (FÁBIO SAROL) – Morador****Entrevista concedida em 22/05/2016, na Praça da Harmonia.****PERGUNTA: DE QUE FORMA O VALONGO COMEÇOU A FAZER PARTE DA SUA VIDA?****RESPOSTA:**

Eu cresci aqui na região, vim pra cá morar aqui com 2 anos de idade, meu pai era padeiro aqui da Gamboa, da Padaria da Gamboa. Eu vim morar aqui com 2 anos e moro aqui hoje há 33 anos. Cresci aqui, na infância brinquei pelas ladeiras, por essas ruas aqui estreitas. Assim, aprontei muito quando era criança. E hoje o meu envolvimento maior aqui é com o bloco Cordão do Prata Preta, que é um bloco que surgiu vai fazer 12 anos, surgiu em 2004, e eu comecei a participar do bloco em 2005, final de 2005, e estou até hoje no bloco aí. Hoje sou mais conhecido através do bloco, mas faço cultura na região, através do bloco e também, gosto também, assim, como se fosse um subprefeito da região aqui, porque a gente não tem uma associação forte, o bairro aqui é muitas tribos diferente em cada canto, e a gente tenta correr atrás das coisas pra ver se melhora para o morador, não para o turista, para ninguém, para o pessoal da região que tem o dia a dia aqui, que vê os problemas que a gente sofre. Então, a gente tenta ver esse lado de tentar correr atrás de ver os problemas e divulgar e tentar solucionar.

Hoje a gente tá sofrendo isso, por exemplo, a obra do VLT está a todo vapor na Rodrigues Alves, que agora é a Orla Conde, mudou o nome, na Rio Branco, mas aqui dentro está andando, assim, a passos de tartaruga, dificultando os acessos aos moradores, quando chove é lama, as ruas que têm acesso a moradias ficam sendo obstruídas pela obra e ninguém faz nada pela gente. A gente tem que tirar foto, postar em facebook, começar a criticar, assim, chamar a atenção dos responsáveis pela obra do porto, do VLT. Então, assim, a gente aqui tem um tratamento diferente, não é igual tem o tratamento da praça Mauá, como tem da Rio Branco, aqui a gente á meio que isolado ainda.

**PERGUNTA 2: VOCÊ PODE ME CONTAR UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DO VALONGO?****RESPOSTA:**

O bairro aqui ele é assim... peguei o bairro numa época ruim, vim morar aqui nos anos 1980, era muito bom anos 80 até meados dos anos 90. Os mais velhos falam que no passado era muito bom, sabe? Com carnaval, o comércio, tudo, mas eu, assim, eu não vivi essa época, então não posso falar. Conheço um pouco também da história do bairro. O bairro aqui, poucos não sabem, mas é onde nasceu o Vaco da Gama, surgiu aqui na região, foi fundado no “Filhos de Talma”. O bairro aqui é aonde nasceu Machado de Assis. O bairro aqui é onde teve a primeira favela no Brasil, o Morro da Providência, que surgiu logo após da Guerra de Canudos, em 1897, e outras coisas também, assim, muita coisa. Tem muita história boa e muita história ruim. Tem o antigo Cais do Valongo, onde era trazido os escravos, tinha o mercado dos escravos no Cais do Valongo, ali na Rua da Camerino, que hoje tem o Jardim do Valongo, mas ali antigamente era o mercado de escravos. Tem o Morro da Conceição também, que construiu uma fortaleza... construiu no século XVIII, início de 1700, entre 1713-1717, foi construída pra proteger a cidade dos ataques dos piratas franceses, assim, a gente

tem muita história na região, só que hoje a nossa história é diferente, assim, a história é outra o bairro tá meio que largado, não tem muita história pra contar, entendeu? A gente tem mais derrota do que vitória, tem o progresso aí do Porto Maravilha, mas já começou a gentrificação na região, muitas pessoas não estão conseguindo viver aqui mais porque o aluguel triplicou, os imóveis estão caríssimos, então a gente está tendo essas mudanças. Então a gente, assim, hoje não tem muita história pra contar, não tem.

Até meados de 1990, em termos de moradia, de comércio, de tudo. Só que hoje o bairro ficou muito isolado, os comércios acabaram, mudou a geografia local dos moradores, hoje é muita invasão, muitas casas dessas aqui são invadidas, tem muitas pessoas, pessoas mais humildes de regiões que vieram ocupar aqui as casas que estavam vazias, não é nem cabeça de porco, é maloca. É um pouquinho pior que cabeça de porco, é um lugar que é uma sub-moradia, as pessoas moram num lugar que não tem luz, não tem esgoto, é tudo vazando, é um monte de criança, de pessoas tudo aglomerado num determinado local, então, é uma coisa, assim, meio triste de ver, sabe? E a gente tem muito isso aqui no asfalto, aqui na Rua do Livramento, na Pedro Ernesto, na Rua da Gamboa, então vários pontos daqui do bairro está assim agora, tudo sendo... por esse estilo de moradores, que antes não tinha aqui na região. Assim, começou a mudar em meados dos anos 1990, no finalzinho, mudou muito, assim, os moradores antigos aqui no bairro deve representar 30%. Tá vindo também uma galera nova pra região, um pessoal com outro poder aquisitivo também, talvez classe média, tá começando a ocupar também o bairro, mas tá começando a mudar a geografia, mas o bairro ainda é muito pobre, sabe? Em população. Você não vê aqui comércio, assim, uma drogaria 24 horas, não tem bons restaurantes, só tem um supermercado pra atender a Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Então a gente não tem muito... Não tem, assim, igual o centro, bairro de Fátima, Botafogo, a gente ainda é muito isolado aqui.

PERGUNTA 3. COMO VOCÊ VÊ A REGIÃO PORTUÁRIA? HOUVE TRANSFORMAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS?

RESPOSTA:

Está tendo transformações. Está tendo a revitalização, tá melhorando por um lado, pra outro lado tá piorando, então vamos falar o que está melhorando. Derrubaram a perimetral, fizeram a Praça Mauá, a nova Praça Mauá, estão fazendo orlas, tudo muito bonito, mas a gente só não sabe se vai ser para o morador daqui ou para o capital externo. A gente não sabe pra quem é essa revitalização, porque aqui a gente tá sofrendo muito reflexo, as coisas estão ficando caras no bairro, a cerveja aqui é o mesmo preço da zona sul, as coisas, assim, o aluguel tá o mesmo preço quase de Botafogo, Flamengo, e não tem o que tem lá, não tem uma via, um comércio, como é na zonal sul, mas o bairro já começou a ficar caro. Tem vários amigos meus que estão se mudando, que pagam aluguel e não conseguem mais viver aqui porque triplicou o aluguel, e também muitos donos estão pedindo a casa, o apartamento, dizendo que vai vender, e na verdade, deixa 3 meses vazio, faz a reforma, e depois aluga mais caro. Então tá ficando assim a região. Então assim, a revitalização, por um lado, está sendo interessante, que está modernizando aqui o porto, mas para o outro lado, da região mesmo para a população, não está sendo assim muito bem vista. Não está sendo porque está tudo muito caro. Muito caro e a gente não tem, assim, não tem essa condição financeira de viver aqui, se continuar desse jeito, essa bolha...

Por exemplo, a praça Mauá, quando inaugurou, o bloco Escravos da Mauá, que são até parceiros nossos, irmãos, eles faziam sempre eventos lá, quase todo mês, faziam na pracinha no Largo da Prainha, antes da revitalização, não tinha problema nenhum. E depois quando

revitalizou, a primeira fase do Porto Maravilha, a etapa um, o bloco não pode mais fazer evento como fazia antes, agora tem um monte de critério a seguir, tem que ir na subprefeitura, na SEOP (Secretaria Municipal de Ordem Pública), um monte de órgãos pra pedir autorização pra fazer um evento que eles faziam antes, porque antes da revitalização o evento acontecia normal, depois da revitalização já tem algumas normas a cumprir, e eles não estão quase mais fazendo evento, por causa da burocracia que é. Então não sei se é muito bom pra gente a revitalização, porque hoje a gente faz evento aqui na Praça da Harmonia sem a perturbação dos órgãos públicos, tem aqui evento quase assim de 3 em 3 meses, dá um intervalo, faz um evento, para, só que, futuramente, a gente não sabe como vai ser aqui os eventos, porque estão dizendo que aqui vai ser um shopping, essa fábrica aqui, está pra ser um shopping futuramente. Aí você imagina, aqui um shopping, aqui uma pracinha, e já tinha a gente já há muito tempo fazendo evento, como vai ser depois do shopping, a praça moderna? Então a gente não sabe se vai ser fácil ou difícil continuar fazendo as coisas aqui no bairro, porque também acho que eles não pensam mais nos moradores, pensam mais em quem está vindo de fora, entendeu? Hoje, assim, a gente não está sendo muito bem visto, assim, não é bem visto, como posso falar? Por exemplo, inauguraram a Praça Mauá, inauguraram, só que tem algumas atividades lá, alguns eventos, que só trazem pessoas de fora pra fazer eventos lá e, assim, do bairro não trazem, não chamam, não convidam. Então está faltando esse diálogo com a comunidade, porque a gente não sabe, pode acontecer amanhã aqui na Praça da Harmonia também. E aqui é nosso território, a gente está aqui desde 2004, aí vamos supor que amanhã isso aqui vai entrar numa reforma, vai melhorar, será que vão poder fazer as mesmas atividades como fazia antes, a gente não sabe. Então a gente não sabe se é boa ou ruim essa revitalização pra gente. Pra gente, como está hoje, está bom. Tinha só que devolver os ônibus que também era melhor antes, que tinha 7 linhas de ônibus pra zona sul, tinha mais acessos pra sair do bairro, pra chegar. Só que hoje piorou tudo. Enquanto não acabar essas obras a gente não sabe como vai ficar isso aqui. Então a gente está meio queilhado hoje... a gente não sabe se depois das obras se vai ser pra gente ou vai ser pra quem é de fora. Então é mais ou menos isso.

**PERGUNTA 4. VOCÊ ACHA QUE ALGUNS LOCAIS ESPECÍFICOS DA REGIAO DEVERIAM SER PRESERVADOS?**

**RESPOSTA:**

Tem sim. Aqui a praça da Harmonia, preservado. Acho que tem... já mudou umas coisas também, mudou a Praça dos Servidores, que é o Cais do Valongo lá, que é o achado, mas, tipo assim, não tem uma árvore, não tem nada lá, não tem um banco na praça, antes tinha banco. Então a gente não sabe... o Largo da Prainha também, que é uma pracinha que tinha banco antigamente, era uma pracinha mais utilizada pelos moradores, hoje está meio assim, melhorzinha, no aspecto de aparência, mas ao mesmo tempo é pouco utilizada pelos moradores, então acho que não está tão preservada. A Pedra do Sal conseguiram preservar. A Praça da Harmonia dizem que vai entrar em obra futuramente, a gente não sabe como vai ficar. Assim, tem poucos pontos aqui no bairro pra explorar, não tem muito... a gente não tem muito acesso à área de lazer, aqui não tem muita coisa. Tem a Praça do Santo Cristo, Praça da Harmonia e Largo da Prainha, então a gente não sabe dizer muito bem o que vai ser preservado, e o que não vai ser preservado. Eu acho que tinham que preservar os moradores antigos, tinham que ouvir a comunidade, porque as coisas são feitas, eles fazem e depois mostram, então não tem aquele diálogo com a região. Então, assim, não sei se querem preservar o nosso patrimônio, nossa região, a gente não sabe muito bem... entendeu? E

também a cultura, acho que a cultura deve ser preservada ficamos muito tempo sem cultura na região e de uns tempos pra cá a cultura aqui no bairro, nos últimos 10 anos assim, mudou muito aqui na região. Começou a chegar novas pessoas pra produzir, pra fazer arte, cultura, blocos que ressurgiram, que tinham parado no tempo e voltaram alguns blocos. E acho que é isso, a gente tem que manter a nossa essência, nossa cultura e preservar mais os moradores, ouvir mais os moradores, que estão aqui antes do progresso, antes, durante e não sabemos se vão ficar depois da... deles. Então acho que tem que preservar essa parte.

#### COMENTÁRIO:

Volta aqui daqui a 10 anos, pra saber se eu vou estar aqui e outras pessoas que estão aqui há mais de 30 anos. É, 10 anos acho que é o tempo máximo, daqui a 5 ou 10 anos tenta voltar aqui pra ver como está a região. Se estão as pessoas que sonharam em ver uma região para elas, entendeu? Porque a gente sempre sonhou em ver o bairro melhor pra gente, mas o que a gente tá vendo hoje é que essa revitalização não é muito boa para a gente. É bonito? É. Mas acho que é mais pro turista, é mais pro pessoal da zona sul. Então acho que pra gente aqui não sei se vai ser muito bom pra gente viver aqui, entendeu? Passear acho que vai ser, mas pra viver aqui não sei se vai dar pra viver mais 5 anos, 10 anos, não sei.

A gente tá sofrendo com o caos, pra chegar no bairro e pra sair. Todo dia é um sofrimento, é trânsito pra entrar no bairro e pra sair. Quando chove, é lama, são alagamentos, pra gente é muito ruim. Então a gente tá sofrendo já, tem uns 3 anos que a gente tá sofrendo aqui na região e a gente não vê as coisas melhorarem aqui no bairro. Então a gente está sofrendo muito com esse lance de pegar ônibus pra sair do bairro, tem que andar até a Central do Brasil, andar até a Rio Branco. Ou, pra chegar aqui, é engarrafamento na Central, é engarrafamento no Santo Cristo. Então todo dia é isso, a gente não vê melhorias nisso, todo dia é esse impacto que a gente sofre pra trabalhar, pra chegar em casa, entendeu? O Mundial de Santo Cristo, que era um mercado muito bom, fechou, por causa da obra do Porto Maravilha, não tem prazo pra voltar. E a gente sofre tudo com isso, por causa da... Pra fazer compras, aqui tem o mercado 2001, mas muitos não podem comprar ali porque o preço não é tão barato, aí tem que se deslocar pro Guanabara, se deslocar pro Bairro de Fátima. Então tudo isso tem um impacto na nossa vida no dia a dia, a gente sofre... e o custo de vida aumenta pra gente, tem que ter transporte pra buscar as compras, pra trazer. Então, é isso.

Também tem esse lance aí de querer mudar a história da região. A gente que é mais nativo aqui do bairro, os mais antigos, a gente chama isso aqui de Saúde ainda, tem essa resistência. Porque hoje, depois da revitalização, essa mudança, todo mundo chama isso aqui de Gamboa, mas pra gente que é mais antigo, a gente ainda tem essa coisa de falar Saúde, porque na história é Saúde. A Gamboa era um trecho muito pequeno, próximo à Cidade do Samba, do Cemitério dos Ingleses, e aqui nessa região onde nós estamos, a 100 metros tem uma capela de Nossa Senhora da Saúde, que é de 1742, o nome do bairro, Saúde, é homenagem a esta capela. Aqui na região na Praça da Harmonia tinha a praia da Saúde, a Sacadura Cabral era a antiga rua da Saúde. Então tudo aqui era Saúde, só que agora, depois dessas mudanças, está virando Gamboa. A Praça Mauá, Gamboa, charme da Gamboa na Praça Mauá, trapiche Gamboa no bairro da Saúde. Então está essa modinha de falar Gamboa, mas a gente tenta ainda resistir Saúde, porque na história isso aqui é Saúde. Muitos moradores chamam isso aqui de Saúde, têm essa resistência. A gente ainda não gosta de chamar de Gamboa. Assim, a gente falar “Mora aonde?” “Saúde”, “Não conheço” “Gamboa” “Ah tá”. Hoje as pessoas falam isso, mas a gente tenta manter Saúde-Gamboa, mas pra quem é de fora, e pra quem é do bairro a gente tenta sempre manter Saúde, porque na história a gente está no bairro da Saúde, não no bairro da Gamboa. Porque a Gamboa também, lá atrás, era uma enseada, era uma praia, então devido àquele local onde tinha a praia da Gamboa, ficou um

pedacinho de rua ali chamado Rua da Gamboa. Aí depois começou com essas mudanças aí de chamar bairro da Gamboa, mas na verdade nós somos do bairro da Saúde. Bairro da Saúde, Gamboa (cidade do samba, cemitério dos Ingleses) e Santo Cristo (na praça do Santo Cristo, morro do Pinto), mais ou menos isso.